

Débora Bendocchi Alves

Remígio Antonio, Capitão Principal dos Índios do Amapá. Contestado Franco- Brasileiro, 1850-1866

KLA Working Paper Series

Herausgegeben vom
Kompetenznetz
Lateinamerika

Published by the
Research Network for
Latin America

Publicados por la
Red de Investigación sobre
América Latina

Publicados pela
Rede de Pesquisa sobre
América Latina

Working Paper, No. 19, 2017

Universities participating in the Research Network



Copyright for this edition: Débora Bendocchi Alves
Editing and Production: Barbara Potthast, Bea Wittger

The KLA Working Paper Series serves to disseminate first results of research projects in order to encourage the exchange of ideas and academic debate. Inclusion of a paper in the KLA Working Paper Series does not constitute publication and should not limit publication in any other venue. Copyright remains with the authors.

All working papers are available free of charge on our website www.kompetenznetz-lateinamerika.de

How to cite this paper: Bendocchi Alves, Débora 2017: „Remígio Antonio, Capitão Principal dos Índios do Amapá. Contestado Franco-Brasileiro, 1850-1866“, KLA Working Paper Series No. 19; Kompetenznetz Lateinamerika - Ethnicity, Citizenship, Belonging; URL: http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_BendocchiAlves.pdf.

Imprint

Kompetenznetz Lateinamerika
Ethnicity, Citizenship, Belonging
Universitätsstr. 22
50923 Köln
Germany
E-Mail: info-kla@uni-koeln.de
Tel: + 49 0221 470 5480
Homepage: www.kompetenznetz-lateinamerika.de

ISSN: 2199-0298

The research Network on Latin America cannot be held responsible for errors or any consequences arising from the use of information contained in this Working Paper; the views and opinions expressed are solely those of the author and do not necessarily reflect those of the Research Network.

Débora Bendocchi Alves

Remígio Antonio, Capitão Principal dos Índios do Amapá. Contestado Franco-Brasileiro, 1850-1866

Resumo

O objetivo deste trabalho é recuperar um sujeito histórico completamente esquecido pela historiografia sobre o território litigioso entre o Brasil e a França, embora seu nome esteja presente na documentação oficial tanto francesa quanto brasileira: Remígio Antonio. A meu ver, a história deste protagonista nos possibilita entender as redes sociais, políticas e econômicas construídas no Amapá entre 1850 e 1866 em torno de sua pessoa, assim como as relações da comunidade, da qual era o Principal, com o governo imperial brasileiro e colonial francês através de sua intermediação. Suponho que seu papel na região como capitão Principal ou chefe escolhido pelos moradores, na sua maioria outlaws, tenha sido primordial para manter a comunidade, até início da década de 1880, relativamente independente dos jogos de interesse regional e nacional nessa área amazônica. Não pretendo escrever o que poderia ser considerado uma biografia de Remígio Antonio, já que os dados disponíveis são muito fragmentados, mas espero dar vida a este personagem e a muitos outros considerados fora da lei pelas sociedades estabelecidas no Pará e na Guiana Francesa.

Nota Biográfica

Débora Bendocchi Alves é formada em História pela Universidade de São Paulo, Brasil, e doutora pela Universidade de Colônia. Desde 2001 é docente do Instituto de História Ibérica e Latino-Americana da Universidade de Colônia, na qual ministra cursos de história do Brasil. Seus temas de pesquisas são movimentos migratórios no Brasil (séculos XIX e XX), literatura de viagens (século XIX) e história social da Amazônia. Atualmente realiza pesquisa sobre o Contestado Franco-Brasileiro na segunda metade do século XIX, financiada pela Fundação Gerda Henkel. Este *paper* faz parte deste projeto de pesquisa sobre as sociedades nessa vasta área fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá.

Índice

I. Introdução	3
II. Objeto de pesquisa.....	6
III. A região e o povoado do Amapá	8
III. 1. Grupos indígenas do Contestado Franco-Brasileiro.....	13
IV. O Principalado.....	16
V. A presença de Remígio Antonio no Amapá	21
V. 1. Duas cartas de Remígio	21
V. 2. O caso de João Pinheiro.....	29
V. 3. Assassinato no lago Itaúbal e a guarda de Remígio.....	36
V. 4. O povoado do Amapá reivindica um sacerdote e uma igreja.....	38
VI. O que sabemos sobre Remígio Antonio?.....	40
VII. Uma sociedade contra o Estado?.....	51
VIII. Considerações finais.....	55
IX. Bibliografia	59

I. Introdução

Após as independências das colônias hispânicas e portuguesa na América Latina, no início do século XIX, iniciou-se o processo de construção dos Estados nacionais, que estava intrinsicamente ligado à demarcação de suas fronteiras lineares, entendidas como divisão política e administrativa.¹ As negociações entre o Império do Brasil e seus vizinhos sul-americanos sobre as pendências territoriais se prolongaram até início do século XX, quando o território do Brasil adquiriu os contornos que possui atualmente. Além das querelas fronteiriças com os vizinhos hispânicos, o Brasil teve de enfrentar, ao norte, na região amazônica, as disputas territoriais com duas potências europeias, França e Inglaterra, interessadas em ampliar os territórios de suas colônias na América do Sul. Depois de vários incidentes tendo em vista a inexistência de acordo diplomático e a falta de consenso sobre as áreas litigiosas, em 1841 o Brasil e a França acordaram neutralizar a área entre os rios Oiapoque e Amapá Pequeno. Em 1842, o Brasil assinou um acordo com a Inglaterra, neutralizando a região que compreendia os rios Pirara, Cotingo, Mú e Tacatu. Em ambos os acordos bilaterais, nenhum dos Estados nacionais envolvidos poderia exercer legalmente a soberania na região, considerada neutra até que a demarcação definitiva das fronteiras fosse estabelecida. Ficava acordado assim que nas áreas contestadas não era permitido o uso da violência coercitiva contra a população local.² Com a França, a disputa pelo território - hoje praticamente o Estado do Amapá - só foi resolvida em 1900, através do arbítrio do governo da Suíça; já com a Inglaterra, a disputa pela região em volta do rio Pirara fora solucionada com a arbitragem do rei italiano Vitor Emanuel III, em 1904. Desse modo, essas duas áreas ficaram praticamente 60 anos sem soberania efetiva. Entretanto, não só estiveram ligadas às transformações históricas do Brasil, da França e do mundo, como também influenciaram e colaboraram com suas próprias dinâmicas internas para essas transformações.

Apesar de ter permanecido décadas sem um governo formal, na segunda metade do século XIX o chamado Contestado Franco-Brasileiro, objeto de meu estudo, contava com alguns focos populacionais como Cunani, Caciporé e Amapá, que desempenhavam papel importante nas relações comerciais com as cidades de Belém e Caiena. Os pequenos vilarejos que se formaram nesse espaço, assim como as atividades econômicas e comerciais que eles mantinham com cidades pertencentes às duas sociedades dominantes pressupunham certa organização sócio-política. Como os Estados imperiais brasileiro e

¹ Para Ratzel, a fronteira linear é uma abstração, uma linha entre dois pontos que se traduz mais como um controle estatal incerto, realizável somente em um passado recente. Já para Kaiser, a fronteira linear se estabeleceu, primeiramente, a nível da teoria que, no período moderno, estava baseado na soberania do Estado. Kaiser, W. „Penser la Frontiere – Notions et Aproches”. *Histoire des Alpes – Storia delle Alpi – Geschichte der Alpen* 1998/3, Band (Jahr): 3 (1998), p. 63 – 74, (65).

² Romani, C. Missões científicas, Imperialismo e Política externa nas fronteiras com as Guianas. In: Adilson Brito et al. (org.). *Limites Fluentes. Fronteiras e Identidades na América Latina*. Curitiba: 2013; p. 136.

francês não podiam exercer soberania nessa área, tentavam garantir sua influência nesse vasto espaço fronteiriço através de negociações com grupos locais, ou melhor, com seus intermediários ou mediadores sociais.³ As desavenças ocorridas entre 1841 e 1900 no Contestado Franco-Brasileiro foram a nível dos Estados-nações, que objetivavam a delimitação e o controle da área. Não obstante, as sociedades locais, formadas por *outlaws*, desenvolveram através de uma dinâmica própria e conforme o momento histórico maior cumplicidade ora com o Brasil, ora com a colônia francesa, ora com ambos.

Acontecimentos e mudanças em marcha no Império do Brasil e, particularmente, na província do Pará, a partir da década de 1830, nos ajudam a entender os acontecimentos nessa área. Depois do conturbado Período Regencial (1831–1840), durante o qual a província do Pará foi assolada pela Revolta dos Cabanos ou pela Cabanagem (1835–40), iniciou-se o processo de fortalecimento da unidade territorial e da centralização do Estado imperial em torno de uma elite sediada no Rio de Janeiro.⁴ Com a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, o tráfico transatlântico de africanos fora definitivamente interrompido, fazendo com que, nos anos e décadas seguintes ocorresse uma intensificação do tráfico interprovincial de escravos. A preocupação constante – real ou fictícia – com a falta de mão-de-obra intensificou, na região amazônica, o controle sobre a massa de escravos e de homens livres e pobres. A consolidação do Império do Brasil e a proibição do tráfico transatlântico de escravos levaram o governo imperial a querer marcar sua presença em todo o território e a controlar uma população crescente de homens livres, sobretudo no *hinterland* do país. Foi também nessa época, precisamente a partir de 1854, que os debates acerca da abertura do rio Amazonas à livre navegação passou a fazer parte da pauta de trabalho do Conselho de Estado, o que mostra o aumento das preocupações do governo brasileiro com essa parte do território nacional. Esta questão foi cautelosamente conduzida pelo Império durante uma década, até 1866, quando, enfim, foi permitida a navegação do rio a todos os países amigos.⁵ A discussão em torno do episódio resultou em tentativas de colonização preventiva na Amazônia durante a década de 1850 e despertou nos estadistas do Império a ideia de quão urgente era a ocupação efetiva dessa vasta área.⁶ Essa mudança acabou induzindo o governo central a fundar em todo o país, no início da década de 1850, colônias militares em localizações consideradas estratégicas, inclusive nas fronteiras. Em 1855, a descoberta de ouro na Guiana Francesa atraiu um grande número de pessoas não só das Antilhas francesas e inglesas, como também do Brasil e de outros países da América Latina, fortalecendo a crença na existência de jazidas auríferas no território de litígio, o

³ Ver Kaiser, op. cit., p. 69.

⁴ Sobre a construção da unidade política do Império do Brasil ver, entre outros, Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵ Palm, Paulo. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o Parlamento brasileiro*. Brasília: 2009; p. 26.

⁶ Ibidem, p. 9 e 73.

Contestado Franco-Brasileiro.⁷ Era evidente que nenhum dos dois países abriria facilmente mão da região litigiosa.

Além dessas questões internas, o governo brasileiro tinha pleno conhecimento dos desejos dos franceses de readquirirem seu império colonial, perdido após as guerras napoleônicas. Os tratados assinados no Congresso de Viena, em 1815, reduziram as possessões coloniais da França às ilhas Martinica, Guadalupe, Bourbon e Reunião e a alguns entrepostos do Senegal e da Índia. O governo português, que havia ocupado Caiena em 1809 como represália à invasão napoleônica em Portugal, acordou em Viena sua devolução à França, o que ocorreu apenas em 1817. Durante o reinado de Luiz Felipe, com a ascendência do governo de François Guizot (1840-1848), materializaram-se os projetos de construção do Segundo Império colonial francês: em 1830, os franceses conseguiram conquistar a Argélia e, na década de 1840, outros territórios, como as ilhas Nossi-Bé e Nossi-Komba, Mayotte, Tahiti, Gambier, Marquesas, Wallis e Futuna.⁸ Entretanto, a Revolução e a queda da monarquia, em 1848, e, conseqüentemente, a instauração da Segunda República e o fim da escravidão em todo o território francês e em suas colônias, no mesmo ano, acarretaram mudanças nas relações internacionais entre o Brasil e a França. Com a abolição da escravidão na Guiana Francesa, havia a possibilidade real dos escravos de proprietários brasileiros terem sua liberdade reconhecida no território francês, uma vez que a lei de 1848 invalidava a restituição legal de escravos fugidos do Brasil por parte do governo de Caiena.⁹ O próprio governador da Guiana havia escrito às autoridades da província do Grão-Pará, explicando que, devido ao decreto da República Francesa, que abolira o trabalho escravo em suas colônias e possessões, não haveria mais devoluções daqueles escravos fugidos que se encontrassem em território francês, uma vez que se reconhecia o princípio de emancipação dado pelo solo.¹⁰ O presidente do Grão-Pará deveria, portanto, tomar providências para evitar as fugas de seus cativos.¹¹ Por conseguinte, a primeira colônia militar, fundada já em 1840 às margens do rio Araguari, a Colônia Pedro II, tinha essa dupla função: vigiar o território contestado de possíveis invasões francesas e impedir a fuga de escravos do Pará tanto para o território neutro quanto para a colônia francesa da Guiana.¹²

⁷ Cardoso, Francinete. *Entre conflitos, negociações e representações. O Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém: 2008; p. 61.

⁸ Medeiros, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso. A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Barcelona: 2006; p. 100 e nota de rodapé 31.

⁹ A escravidão negra só será abolida no Brasil 40 anos mais tarde, em 1888.

¹⁰ Carta do Ministro da Marinha e das Colônias ao Governador da Guiana. Paris, 20 de Abril de 1849. Archives Nationales d'Outre-Mer (ANOM). Fonds Ministériel (FM), Série Géographie (SG), carton GUY 31, Dossier (D) 10 (6 bis).

¹¹ Gomes, Flávio. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: __ (Org.). *Nas terras do Cabo Norte. Fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII-XIX*. Belém: 1999; p. 309-310.

¹² Os franceses ocuparam a região dos lagos do Amapá durante a Cabanagem no Pará e construíram um posto na maior ilha do lago, causando um conflito diplomático entre o Brasil e a França. Em resposta, o Brasil resolveu fundar, em 1840, uma colônia militar no rio Araguari para impedir futuras invasões francesas no território e, depois da retirada dos franceses, os dois países acordaram, em 1841, neutralizar a área em litígio. Sobre a ocupação dos franceses no Amapá ver: Alves, Débora Bendocchi. "Reação francesa às ameaças de Cabanos e

II. Objeto de pesquisa

Durante minhas pesquisas arquivísticas sobre a região do Contestado Franco-Brasileiro na segunda metade do século XIX, me deparei inúmeras vezes com o nome de Remígio Antonio, Capitão Principal¹³ dos índios do Amapá. Desde 1851, vários documentos oficiais franceses fazem menção de sua existência na região do rio Amapá.¹⁴ Nos ofícios brasileiros, o nome e o cargo de Remígio são mencionados a partir de 1855 em ligação com a revolta da Colônia Militar Pedro II e com outros episódios, envolvendo cidadãos brasileiros. Em vários outros momentos e até por volta de 1866, cartas de governadores da Guiana, processos franceses de escravos fugidos do Pará ou ofícios de ministros dos Negócios Estrangeiros do Brasil e dos cônsules brasileiros em Caiena, tratando de inúmeros assuntos, referem-se à pessoa do Principal do Amapá, Remígio, que ora negociava com o governo de Caiena, ora ajudava o presidente do Pará, quando este necessitava exercer algum tipo de soberania indireta no Contestado.¹⁵ Sua função era de intermediário entre a população do Amapá, o governo brasileiro e o governo colonial francês, mas seu nome é muitas vezes citado nos relatos de escravos fugidos do Brasil às autoridades francesas, lembrando sua ajuda para que chegassem ao território francês ou permanecessem no Contestado franco-brasileiro, como veremos adiante. Segundo a documentação disponível, Remígio desempenhou um papel importantíssimo nessa região nas décadas de 1850 e 1860, sendo reconhecida sua autoridade de chefe da comunidade do Amapá pelos governos de ambos os impérios. O Principal conhecia o status legal do Contestado franco-brasileiro após o acordo de 1841, era consciente da dependência que as autoridades francesas e brasileiras tinham de seus serviços e usou as rivalidades entre as duas nações em proveito próprio e do grupo local. Apesar da constância de seu nome nos ofícios franceses e brasileiros, sua participação tanto na história do Amapá como na história das demarcações das fronteiras nacionais, no século XIX, não foi registrada. Este agente histórico foi esquecido pela história

Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841).” *Almanack*, Guarulhos, nº 14, dezembro de 2016, p. 160-195.

¹³ No capítulo IV será explicado o significado desse título.

¹⁴ No século XIX, a nomenclatura Amapá podia designar toda a região compreendida entre os rios Amazonas e Amapá Pequeno ou apenas o vilarejo do Amapá ou ainda a área compreendida entre os rios Calçoene e Tartarugal. Algumas vezes se confundia com o Contestado franco-brasileiro, área fronteira não demarcada até 1900, entre os rios Oiapoque e Amapá Pequeno ou Araguari. Encontramos também para a região entre os rios Amazonas e Amapá a denominação de Cabo do Norte, nome da antiga capitania criada em 1637 por Felipe IV da Espanha e I de Portugal e doada ao português Bento Maciel Parente. Neste artigo, trata-se da área dos antigos lagos do Amapá e do distrito (hoje município) do Amapá ou da parte sul da área de litígio entre os rios Calçoene e Tartarugal Pequeno.

¹⁵ Segundo Caetano e Silva, em nota de 18 de dezembro de 1841 enviada ao governo francês, o governo brasileiro acordara com o da França que a nomeação dos comissários, acertada em 1840, permanecia sem efeito e que o ministro brasileiro em Paris teria plenos poderes para iniciar as negociações para a definição de limites. Essa troca de notas foi chamada posteriormente de acordo de 1841, neutralizando o Amapá. O território entre o rio Oiapoque e o posto evacuado em 1840 no lago Amapá, tornou-se neutro e nenhum dos dois países poderia, a partir dessa data, exercer soberania na região, o que incentivou mais ainda a fuga de escravos, soldados desertores e todo tipo de fora da lei para o Contestado. Silva, J. C. e. *O Oiapoque e o Amazonas. Uma Questão Brasileira e Francesa*. Campinas: 2000 (primeira edição, Paris 1861); p. 163, nota de rodapé.

elaborada pelas elites locais e nacionais ou pela “versão branca da história”,¹⁶ que desde o período colonial relega ao segundo plano as populações autóctones, os escravos negros e seus descendentes, assim como os grupos oriundos de todo tipo de miscigenação. Chamados genericamente de índios ou tapuias, de negros ou escravos ou ainda de caboclos¹⁷, entre outras categorias historicamente elaboradas, os habitantes do território em litígio eram considerados malfeitores por serem, em sua maioria, escravos fugidos, soldados desertores e índios tapuias.¹⁸ Todos eles eram considerados marginais, incapazes, na visão das elites, de desempenhar papel de agentes da história. Se entraram para a História do Brasil, foi como horda de rebeldes (cabanos), como traidores dos interesses nacionais (Trajano) ou, sem possuir nomes próprios, simplesmente como malfeitores, soldados desertores, assassinos, escravos fugidos etc.

Entendo ter chegado a hora de retermos os ofícios das autoridades de ambos os países para recuperar algumas personalidades esquecidas dessa história. Apesar de autoras dos documentos elaborados, nos quais negam papel de agentes históricos a essa população simples, *de cor* (não europeia), excluída politicamente das sociedades e considerada criminosa, as autoridades (elites) dirigentes dos países não conseguiram silenciá-la. E mais: no caso de Remígio Antonio, índio e soldado desertor, dialogaram com ele durante anos através de seus representantes. A meu ver, a história deste protagonista nos possibilita entender as redes sociais, políticas e econômicas, construídas no Amapá em torno de sua autoridade, assim como as relações da comunidade com os governos brasileiro e colonial francês através deste intermediário ou mediador dos interesses locais. Considero que a função desempenhada pelo Principal foi primordial para que a região em torno dos lagos do Amapá permanecesse autônoma durante tanto tempo. Creio que a não adesão da vila do Amapá à República do Cunani, em 1885-87, se deva sobretudo à estrutura sócio-política construída durante os anos em que Remígio Antonio foi chefe (ca. 1850-1866), escolhido pelos moradores do vilarejo.¹⁹

O que poderíamos recuperar da trajetória do Principal? Não encontrei até o momento nenhum documento que desse informações precisas sobre Remígio Antonio. Vários ofícios fornecem alguns dados sobre o Principal, colaboram com alguns detalhes sobre sua pessoa, mas, mesmo cruzando as informações, não foi possível montar o quebra-cabeça. Faltam inúmeras peças para se escrever o que poderia ser visto como um esboço de biografia de

¹⁶ Cavignac, J. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: Maria Rosário de Carvalho et al. (org.). *Negros no mundo dos índios*. Natal: 2011; p. 196.

¹⁷ Segundo o Novo Dicionário Aurélio, caboclo é o mestiço de índio com branco, mas também antiga denominação do indígena. O termo pode ainda ser sinônimo de caipira, uma pessoa que vive no campo ou na roça e tem costumes simples e rudes.

¹⁸ Tapuios ou tapuias eram, para os brasileiros, índios aculturados e, para os franceses, índios não puros. Ver notas de rodapé 44 e 51.

¹⁹ Não disponho do ano em que Remígio foi escolhido para ser o principal e muito menos da data de sua morte. A documentação consultada faz referência a ele a partir de 1850 e até 1866.

Remígio Antonio. No entanto, com os dados disponíveis encontrados nos relatos que o envolveram em vários episódios, é possível dar visibilidade a este personagem que, apesar de presente na documentação da época, ainda não foi enxergado pelos historiadores.

O objetivo deste trabalho é dar vida a este sujeito histórico e verificar os compromissos assumidos pelos diversos atores envolvidos - Remígio Antonio, a comunidade local e as autoridades de ambos os governos - em uma situação histórica²⁰ específica, estabelecida pelos acordos internacionais envolvendo a fronteira nordeste da Amazônia. Além disso, através da documentação consultada, recuperar as estruturas básicas da pequena sociedade amapaense que, apesar de formada por *marginais*, possuía um sistema político peculiar, estabeleceu suas próprias normas de conduta, (re)criando assim seus próprios valores morais, distintos daqueles das duas sociedades dominantes.

III. A região e o povoado do Amapá

Apesar da existência no território litigioso de vários grupos indígenas e de inúmeros refugiados tanto do Pará quanto da Guiana Francesa, durante os séculos XVII e XVIII, o povoado do Amapá formou-se apenas na década de 1830. Em suas memórias sobre as novas descobertas geográficas, publicadas em 1837, ao se referir ao estabelecimento do posto militar francês na maior ilha do lago *Mapa*²¹, o Barão de Walckenaer comentava que, como havia previsto o governador da Guiana Francesa, Laurenz de Choisy, mal as barracas destinadas aos soldados tinham ficado prontas, 800 índios²² vieram se instalar ali perto e pediram proteção aos franceses.²³ Fugiam da repressão exercida pelos vencedores da revolta da Cabanagem (1835-40), considerada por muitos historiadores como o mais notável, tenso, conflituoso e sangrento movimento ocorrido no período da Regência (1831-1840) no Brasil.²⁴ Segundo Walckenaer, como os franceses tinham interesse em que esses

²⁰ Segundo Pacheco de Oliveira, „uma situação histórica define-se pela capacidade de determinados agentes (instituições e organizações) produzirem uma certa ordem política por meio da imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política.” Oliveira. “Formas de Dominação sobre o indígena na fronteira Amazônica: Alto Solimões, de 1650”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, jan./abr. 2012.

²¹ Os franceses chamavam o Amapá de Mapa. Sobre o estabelecimento do posto francês no lago Amapá ver Alves, Débora Bendocchi, op. cit.

²² Nesse artigo, usarei os termos „índio” e “tapuia” quando fizer referência aos documentos da época por ser essas as palavras empregadas pelas autoridades brasileiras. Apesar disso, gostaria de ressaltar que, segundo a Organização dos Estados Americanos: “(...) no Brasil houve uma reapropriação ou ressignificação dos nomes genéricos (índios e indígenas) que durante a história tiveram conotação pejorativa. Isso aconteceu porque o movimento indígena brasileiro acreditava que era importante utilizar essas definições genéricas para se constituírem enquanto identidade conjunta e de união para a busca de direitos a essas populações.” Disponível: <https://minionu15anosoea.wordpress.com/2014/09/16/indios-indigenas-ou-povos-indigenas-uai-tem-diferenca/> (consultado em 14.12.2016)

²³ Walckenaer. “Memoire sur les nouvelles découvertes géographiques faites dans la Guyane Française et sur le nouvel établissement formé à l’île de Mapa”. *Nouvelles Annales des Voyages*. Dix-neuvième année, 1837; p. 11.

²⁴ Cleary, David. “Lost Altogether to the Civilized World”. *Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. Comparative Studies in Society and History*, Vol. 40, No. 1, p. 109-135, Jan. 1998. Para Cleary, a

indivíduos se estabelecessem no local, fazendo parte do projeto de uma nova colonização no Amapá, eles foram bem tratados. No entanto, apesar da proteção oferecida, já em 1837 muitas famílias haviam abandonado o local. Nesse mesmo ano, o governador Laurent de Choisy também empreendeu uma viagem pelos *quartiers* da Guiana, acompanhado de uma comissão, da qual fazia parte o capitão-engenheiro Ronmy. Queria conhecer pessoalmente a região dos lagos do Amapá e visitar o posto provisório, que havia sido erigido no local em 1836. Choisy fez a viagem para poder defender perante o ministro da Marinha a escolha que havia feito da localidade do posto e do projeto de colonização, projetada para uma área considerada por ele de terras férteis. No relato de sua viagem, datado de 31 de julho de 1837,²⁵ Choisy escreveu que infelizmente os comandantes do posto não souberam fixar em solo francês os indígenas refugiados do Pará. Dos 364 que inicialmente haviam se fixado à margem do lago Amapá, restavam apenas 160. Parece-me que o Barão de Walckenaer exagerou na quantidade de indígenas localizados nas redondezas do posto ou não fez distinção entre indígenas e outros grupos étnicos de refugiados, como negros e mestiços. Assim como nos artigos dos jornais franceses, que repetiam valores e preconceitos das classes dirigentes do Pará, Walckenaer referia-se a todos os rebeldes não brancos como índios, não considerando as diferenças étnicas existentes entre os cabanos e outros fugitivos.²⁶

Conforme o relatório de 6 de junho de 1841, elaborado pelo governador da Guiana, Gourbeyre, um censo realizado em 1º de janeiro de 1839 indicava que na vizinhança do posto militar havia ainda 394 indígenas de ambos os sexos e de todas as idades. Eram pescadores, caçadores, agricultores e sedentários, diferentemente das outras “tribos” errantes que viviam no resto do território francês.²⁷ Como essa população procurava a proteção dos franceses após o término da revolta no Pará, seus membros foram considerados refugiados e receberam toda a atenção das autoridades coloniais, mas não quiseram permanecer nas redondezas do posto, após a partida dos soldados franceses. Em 1840 foram levados para as margens do rio Couraye, um dos afluentes do Aproague, na Guiana Francesa, onde passaram a explorar madeira sob a direção do Sr. D’Or, nomeado agente de colonização pelo governador, naquela ocasião.²⁸

Cabanagem foi, entre todas as rebeliões do período, a que mais colocou em risco a integridade territorial do Império, sendo brutalmente reprimida pelo governo central.

²⁵ ANOM. FM, SG, GUY 171/4.

²⁶ Lima, Leandro M. *Rios Vermelhos*. Tese (Mestrado em Antropologia). São Paulo, 2008; p. 130.

²⁷ Infelizmente os documentos não precisam a etnia desses indígenas. Para Moreira Neto, a maioria dos cabanos era composta por tapuias, isto é, “índios destribalizados” que viviam em condições semelhantes aos escravos negros. Moreira Neto. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: 1988; p. 134.

²⁸ ANOM. FM, SG, GUY 3, Dossier A12 (8). Segundo o relatório do governador Gourbeyre, de 6 de junho de 1841.

No início de 1869, Prosper Chaton, ex-cônsul francês em Belém²⁹, empreendeu uma visita de cunho particular ao Contestado Franco-Brasileiro. A pedido do diretor do Interior da Colônia, em Caiena, fez um relato detalhado sobre sua visita ao Amapá e a Cunani. Em relação ao Amapá, escreveu que ao chegar a cerca de três km acima do antigo local do forte francês, construído em 1839, fora informado de que a antiga população “tapuia”, consideravelmente reduzida, teria crescido nos últimos anos para 500 ou 600 habitantes, devido à imigração de escravos marrons.³⁰ O povoado do Amapá localizava-se às margens do lago Redondo e, nos arredores do lago Pequeno Tartarugal, ouviu dizer que ainda habitavam numerosos grupos indígenas.³¹ Explicava ainda que o lago onde outrora se encontrava o forte francês não existia mais. Querendo chamar a atenção das autoridades francesas para as riquezas do *quartier Mapá*, que, apesar de sua fraca população, era economicamente viável, apontava para a abundância de peixes existentes nos lagos e citava o brasileiro Sr. Maciel, que, na confluência do rio Apurema com o Araguari, possuía uma enorme propriedade com 3000 cabeças de gado. Este senhor ia frequentemente a Caiena para vender o gado e planejava enviar 140 vacas para a margem esquerda do rio Grande Tartarugal, com o intuito de formar um novo estabelecimento, que deveria ficar aos cuidados de seu futuro genro, Sr. Belfort.³²

Anos mais tarde, em 1883, sobre sua visita à vila do Amapá, Coudreau escreveu que sua população era de cerca de 100 indivíduos, vivendo em 20 moradias. Com exceção de alguns brasileiros e europeus como o português Joaquim Magalhães, mais um provençal e um italiano, todos os três empregados no comércio, os demais eram indígenas mais ou menos de “raça pura”, tapuias de todas as proveniências e um grande número de soldados desertores do Pará, também “de race tapouye”.³³ Os negros, quase todos escravos fugidos, não eram numerosos. Nostálgico, Coudreau ressaltava que os tijolos do antigo forte francês passaram a ser propriedade dos amapaenses e os três europeus moradores da vila haviam construído suas casas com esse material. Parecia que a igreja da vila também havia utilizado os tijolos do forte.³⁴ Para Coudreau, a população da vila do Amapá era indolente,

²⁹ Prosper Chaton escreveu, em 1864, *Avenir de la Guyane Française*, publicado na Feuille Officielle de la Guyane (1864) e, em Paris, em 1865. Nesse consta que foi cônsul da França no Brasil. Segundo Coudreau, Chaton é o fundador da vila de Cunani que desejava fincar aí um ponto de apoio para o garimpo. Coudreau. *La France Équinoxiale. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris 1887; p. XXIX. É importante ressaltar que, desde a missão francesa de 1777, havia no local um povoado habitado inicialmente por indígenas e depois por negros fugidos tanto da Guiana quanto do Brasil. Segundo documento citado por Reis, Cunani fora a princípio simples mocambo de escravos fugidos, na sua maioria, da região do Salgado e Chaton fundou a povoação juntamente com os moradores do local. Reis. *Território do Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949; p. 164.

³⁰ Refere-se à população da região toda e não do povoado.

³¹ ANOM. FM, SG, Guy 34, Dossier 2 (12), Secret, N° 1165. Relatório de 26 de maio de 1869.

³² ANOM. FM, SG, Guy 34, Dossier 2 (12), Secret, N° 1165. Relatório de 26 de maio de 1869. Chaton cita ainda as mudanças geográficas ocorridas na região dos lagos entre 1839, quando a visitou pela primeira vez, e então, em 1869. ANOM. FM, SG, Guy 34, Dossier 2 (12), Secret, N° 1165. Relatório de 26 de maio de 1869.

³³ Conforme Coudreau, “tapouyes” era um termo genérico e vulgar para designar os índios civilizados e os mestiços de índios e brancos. Coudreau. *La France Équinoxiale...*, p. XIX, nota de rodapé.

³⁴ Ibidem, p. 13.

trabalhava menos que aquelas de Cunani, fazia um pouco de farinha de mandioca e se dedicava à borracha e à pesca.³⁵ A capitania do Amapá contava, segundo ele, com uma população de 600 pessoas, na sua maioria indígenas.³⁶

Para o Barão do Rio Branco, em sua 1ª Memória sobre a Guiana Francesa, referindo-se ao surgimento do povoado do Amapá, esclarecia que, em fevereiro de 1836, antes do estabelecimento do posto francês, já havia alguns brasileiros estabelecidos no lago Amapá. “Logo após a evacuação do posto, imigrantes e desertores brasileiros estabeleceram-se na margem esquerda do Amapá Pequeno. Em 1849, o vilarejo fundado por eles contava apenas com 23 habitantes; em 1857, já eram 158, incluindo os da redondeza. Já nessa época, o Amapá mantinha relações comerciais mais significativas com o Pará do que com Caiena.”³⁷ Para Rio Branco, os imigrantes e desertores brasileiros se dirigiram à região dos lagos do Amapá depois da retirada dos franceses e não durante a Cabanagem. Esta afirmação do Barão, porém, deve ser relativizada, já que sua Memória fora escrita para convencer o árbitro suíço de que a região do Contestado pertencia de fato ao Brasil. Também não explicava quem eram os tais imigrantes.

Conforme os relatos acima, a vila do Amapá fora formada a partir da construção do posto francês, em 1836, nas imediações do lago. Havia a população considerada indígena da região, mas a chegada de alguns cabanos - negros, desertores, tapuias e indígenas – deve ter proporcionado o surgimento de uma pequena aglomeração, que, em meados da década de 1850, possuía de 60 a 80 moradores ou, segundo o Barão do Rio Branco, 158, e, em 1883, conforme Coudreau, por volta de 100. A população da vila era formada por indígenas, alguns negros fugidos e desertores, na sua maioria tapuias. Diferentemente da vila de Cunani, mais ao norte, o número de negros fugidos era pouco. O acesso à vila do Amapá se dava por um pequeno rio, que dependia das chuvas e da maré para ser navegável mesmo por embarcações pequenas.

A respeito das atividades econômicas da região, Prosper Chaton observara, no já mencionado relatório de 1869, que havia três comerciantes portugueses representantes de casas comerciais de Belém que exploravam naquele momento os *quariers* do Amapá e de Cunani.³⁸ A moeda brasileira assim como os pesos e medidas brasileiros eram os únicos utilizados no *quartier* do Amapá. Baseado em estatísticas do governo do Pará para o ano de 1868, Chaton informava às autoridades francesas sobre a produção e a exportação de produtos do Amapá para o Belém. Relatava que vários barcos do Pará e dois pertencentes

³⁵ Ibidem, p. 3.

³⁶ Ibidem, p. XXXIV.

³⁷ Obras do Barão do Rio Branco, III: *Questões de limites, Guiana Francesa*, primeira memória. Brasília: 2012; p. 91.

³⁸ ANOM. FM, SG, Guy 34, Dossier 2 (12), Secret N° 1165. Relatório de 26 de maio de 1869.

ao Amapá, em um total de 88 viagens, tinham abastecido a praça de Belém com peixe salgado, cola de peixe, cury e borracha, perfazendo um total de 382.900 francos. No mesmo ano, as exportações dos mesmos produtos do Amapá para Caiena não tinham ultrapassado 11.100 francos. Só o *quartier* do Amapá exportara, portanto, em 1868, um total de 394.000 francos. Prosseguindo seus cálculos, Chaton dizia que, se fossem incluídas as exportações de Cunani, o Contestado todo deveria exportar anualmente por volta de 500.000 francos. Considerando ainda que o Pará deveria exportar para o Contestado o mesmo valor em mercadorias, o comércio com a região chegaria anualmente a quase um milhão de francos. Para o autor, Caiena estava privada deste comércio tão promissor. Talvez ele quisesse insinuar às autoridades francesas o quanto valia a pena manter presença nessa área.

As observações de Chaton sobre as atividades econômicas do Amapá foram retiradas de um almanaque oficial paraense, como ele mesmo salientou, e demonstram claramente que o Contestado Franco-Brasileiro era uma área considerada neutra apenas na esfera política e judicial. Economicamente, porém, estava integrada à região amazônica e para isso pressupõe-se um contato constante de seus habitantes com as redes comerciais e sociais tanto paraenses quanto guianenses, incluindo aí os regatões, os pequenos e grandes produtores, comerciantes estabelecidos nas vilas amazônicas e outros. Apesar do comércio do povoado do Amapá ser maior com o Pará, realizavam-se também trocas comerciais com a Guiana. Como veremos adiante, muitos moradores amapaenses iam regularmente a Caiena ou a Belém negociar sua produção de peixe salgado.



Fonte: Recorte do *Mappa do Imperio do Brazil*, por C. Brokes e C. Held, 1883. Kartensammlung des Ibero-Amerikanischen Instituts, Preußischer Kulturbesitz, Bra dk 32/1883. Foto: Débora Bendocchi Alves.

III. 1. Grupos indígenas do Contestado Franco-Brasileiro

Os termos índio ou tapuia foram utilizados pelos colonizadores portugueses para designar um conjunto extremamente variado de populações autóctones, o que dificulta ainda hoje sua localização espacial e mesmo sua definição étnica. A documentação brasileira, do século XIX, raramente indicava os grupos étnicos aos quais se referia. Apesar de terem usado frequentemente os termos genéricos, os franceses mencionavam algumas vezes determinados grupos pelos seus nomes ou indicavam a etnia de alguns indivíduos.³⁹ Tal procedimento, que surgiu durante o período colonial e perdura de certa forma até os

³⁹ ANOM. FM, SG, GUY 35, D2 (25), tomo 14. O documento, uma cópia, é datado de 27 de abril de 1730 e não tem assinatura; refere-se nominalmente aos grupos indígenas que viviam no „continente” do Oiapoque, que compreendia o rio Oiapoque, acima dos saltos, na parte alta do lado sul e a área a partir do Oiapoque, em direção ao Cabo do Norte. Segundo o documento, viviam nessa época no “continente” do Oiapoque 1469 famílias.

nossos dias, indicava uma percepção de desigualdade vinculada a atribuições de papéis na sociedade e no relacionamento entre grupos distintos. Criou-se uma hierarquia étnica e cultural entre brancos/civilizados e não-brancos/incivilizados que estabelecia, através de critérios raciais, quem estava destinado aos trabalhos compulsórios.⁴⁰ Após a Independência, em 1822, coube ao novo Estado, dentro da lógica dos princípios liberais da Revolução Francesa, determinar quem seria considerado cidadão na nova ordem. Os conceitos de *liberdade* e *igualdade* não se aplicavam à população como um todo: indígenas e negros não teriam os mesmos direitos de participação no processo político, já que eram, na época, considerados incapazes. Em sua primeira constituição, em 1824, o Império do Brasil restringiu a prática política a alguns poucos, mantendo ou recriando uma sociedade “naturalmente” desigual.⁴¹

As dificuldades para precisar os grupos indígenas que habitavam a região dos lagos do Amapá em meados do século XIX são, portanto, tão grandes como para o resto do território brasileiro. No entanto, a sua existência nessa área foi atestada na documentação e relatos da época. Como foi visto acima, ao visitar a região na década de 1860, Chaton assinalava que ouvira dizer que nas imediações do povoado do Amapá ainda habitavam numerosos grupos indígenas. Mas que grupos étnicos seriam esses?

De acordo com Dominique Gallois, a documentação sobre a evolução do povoamento da região das Guianas e sobretudo do Cabo Norte indica que essa era uma zona de refúgio para inúmeros grupos indígenas. Os primeiros habitantes do Cabo Norte (Amapá) foram povos Aruaque, como os Marawana e os Aruã, provenientes das ilhas do delta do rio Amazonas e que, no século XVI, viviam na região do Uaçá e do Oiapoque. Durante o século XVII foram reduzidos, passando a viver nas missões do Araguari até que se revoltaram, destruindo-as. Sofreram com isso perseguições das expedições punitivas organizadas pelos portugueses, o que levou muitos deles a se refugiarem nas missões francesas da Guiana, onde foram reduzidos juntos com os Aruã. No Amapá, foram aldeados na missão do Uanari juntamente com os Tocoyen,⁴² porém a maior parte da população Aruaque desapareceu rapidamente e os remanescentes das etnias dizimadas pelas missões sofreram processo de fusão,⁴³ aspecto fundamental na evolução dos povoados indígenas da região.⁴⁴

⁴⁰ Fuller, C. M. “Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 52-66.

⁴¹ Brito, A. “A Ignorante Inteligência”: horizontes de expectativas dos soldados-cidadãos sobre o Império Brasileiro no Grão-Pará; In: Cardoso/ Bastos/ Nogueira. *História Militar da Amazônia*, p. 135.

⁴² Ibidem, p. 297. Também pertencentes ao grupo étnico Aruaque, os Tocoyen se encontravam no século XVII, no Cabo do Norte, reduzidos na missão de Tabarapixi, no baixo rio Araguari. Depois fugiram para as matas do rio Jari, onde foram capturados por missionários de Santo Antonio e reduzidos em uma missão no baixo rio Jari. Expedicionários da Guiana Francesa capturavam esses indígenas para vendê-los como escravos nas Antilhas. Após um desses ataques, os índios fugiram e se estabeleceram na boca do rio Oiapoque, na missão de Uanari. Até o início do século XIX, permaneceram no interior do Cabo do Norte, na região do Tueré. Hoje são considerados extintos. Ver: Gallois, op. cit., p. 285-286.

⁴³ Grupioni explica que “por detrás da *fusão étnica*, a memória das diferenças que estão na base de sua constituição permanece lá, pronta para emergir a qualquer momento, subvertendo fronteiras identitárias de um

Durante os séculos XVII e XVIII, a atuação dos colonizadores europeus provocou transformações imensas tanto na composição quanto na localização da população.⁴⁵ Nos séculos XVII, portugueses, ingleses e holandeses instalaram fortificações em vários pontos do delta e do baixo Amazonas, a fim de explorar os recursos naturais, como madeira, urucu e drogas do sertão. Contavam com a ajuda de grupos indígenas, mas, como o contato entre europeus e indígenas não era contínuo, os efeitos desse relacionamento não foram tão devastadores como quando esse comércio ocasional transformou-se numa exploração sistemática dessa área, que passou a ser disputada primeiramente pelos portugueses e mais tarde pelos brasileiros e franceses. Essa fase de disputa de influências foi extremamente prejudicial aos povos indígenas da área em litígio,⁴⁶ que, a partir do século XVII e até meados do século XVIII, foram utilizados na política de colonização, sendo divididos pelos colonizadores em nações amigas e em nações bárbaras e inimigas. Os europeus sabiam que, para o controle e a posse do território, era indispensável a colaboração dos grupos indígenas locais. As nações amigas, portanto, serviam de meio para garantir as fronteiras contra a presença de estrangeiros. As nações bárbaras incluíam todos aqueles que não aceitavam colaborar com os colonizadores.⁴⁷ No Contestado Franco-Brasileiro, os Aroã eram inimigos dos portugueses, favorecendo os franceses. Já os Waimpim, amigos dos portugueses, perseguiram os Palikur, considerados aliados dos franceses, e os obrigaram a migrar para o norte do território. As perseguições dos portugueses aos grupos indígenas no território litigioso durante todo o século XVIII fizeram com que estes migrassem para as áreas mais ao norte, afastadas do Grão-Pará e próximas da Guiana Francesa. Os franceses chegaram mesmo a criar a missão de Cunani, em 1777, sobretudo com grupos indígenas que fugiam das perseguições portuguesas.⁴⁸

Após a Independência do Brasil, a população indígena foi envolvida em outras problemáticas. No Grão-Pará, o trabalho compulsório imposto aos indígenas ou o recrutamento forçado de seus homens entre 15 e 50 anos para o Exército, a Armada Imperial e, após a Cabanagem (1835-40), para os Corpos de Trabalhadores (1838-1859), ou ainda o recrutamento para a Guarda Policial (1836-1850)⁴⁹ levaram vários deles a fugir e grupos inteiros a migrar para outras áreas ou passar para o lado francês, isto é, para a

modo desafiante ao olhar estrangeiro." Grupioni, D.F. Os Yana-Caribe-Guianenses na região de Oriximiná: que coletividades são essas? In: Denise F. Grupioni e Lúcia M. M. de Andrade (org.). *Entre Águas Bravas e Mansas, Índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: 2015; p. 137.

⁴⁴ Ibidem, p. 82. Integrados à população mais pobre do Amapá, os remanescentes dos Marawana conseguiram sobreviver até início do século XX. Ver: Gallois, op. cit., p. 297.

⁴⁵ Gallois, op. cit., p. 81-82.

⁴⁶ Ibidem, p. 84-86.

⁴⁷ Cardoso, Francinete, op. cit., p. 49.

⁴⁸ Ibidem, p. 50-51.

⁴⁹ Bastos, Carlos A. As Armas da Ordem: a Guarda Policial de 1ª Linha da Província do Grão-Pará (meados do séc. XIX). In: Cardoso/Bastos/Nogueira (org). *História Militar da Amazônia*, p. 182-183. Segundo Nogueira, o recrutamento forçado, o atraso nos soldos e os castigos físicos infligidos aos soldados eram práticas correntes no Exército brasileiro durante todo o século XIX. Nogueira, Shirley. *A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)*. UFBA: Salvador, 2009, p. 315.

margem esquerda do rio Oiapoque, como fizeram os Palikur e outros remanescentes dos Aruaque.⁵⁰ Temos alguns exemplos de famílias e grupos indígenas que fugiram durante a Cabanagem e foram viver no Contestado Franco-Brasileiro ou nas proximidades do forte francês. Os que se fixaram nas redondezas do forte emigraram para o Aproague, quando os franceses, em 1840, se retiraram da região.⁵¹

Não é tarefa fácil precisar quais eram os grupos que viviam na região dos lagos do Amapá no período tratado neste trabalho. Como podemos observar, no século XIX os povos indígenas ou seus remanescentes da costa atlântica do Cabo do Norte foram imigrando para o norte do Contestado, na região dos rios Uaçá, Curipi e seus afluentes. Hoje vivem integrados aos Palikur, os Galibi e os Karipuna, juntamente com remanescentes dos Marawana na Reserva do Uaçá.⁵² Os Galibi, uma das principais tribos do noroeste da Guiana que ocupava a costa da Venezuela até o Amapá, se dispersaram após a expulsão dos jesuitas, em 1763: um grupo grande foi para o interior da Guiana Francesa e outro para a região do Uaçá. Devido à miscigenação com outros grupos do Uaçá, passaram a se diferenciar dos Galibi, que permaneceram no Suriname ou foram para a Guiana Francesa. Chamados hoje de Galibi-Marwono, contam com cerca de 400 pessoas que não falam mais a língua nativa, mas apenas o português.⁵³

Para completar o quadro, os Karipuna (Caripounes), um grupo indígena formado por refugiados ameríndios aculturados (tapuias), se estabeleceram no século XVIII na região do Amapá e na Baía do Oiapoque, e foram reforçados, após a década de 1830, pelos sobreviventes da revolta dos Cabanos (1835-40). Mais tarde juntaram-se a eles outras etnias ameríndias.⁵⁴ Resumindo, podemos talvez afirmar que entre 1840 e 1870 viviam nos arredores dos lagos do Amapá os Karipuna, acrescidos de refugiados da Cabanagem, além de outros pequenos grupos, talvez alguns Palikur e, como Coudreau observou, muitos tapuias.⁵⁵

IV. O Principalado

Remígio Antonio era chamado de Principal dos índios do Amapá, um título usado desde o início da colonização portuguesa no Brasil. No período colonial, foram criados pelos portugueses os ofícios de Principal, Capitão e Sargento-mor, destinados aos líderes

⁵⁰ Gallois, op. cit., p. 309-311.

⁵¹ Segundo o relatório do governador da Guiana, Gourbeyre, de 6 de junho de 1841, os indígenas não quiseram permanecer nas redondezas do posto após a partida dos soldados franceses e foram levados para as margens do rio Couraye, um dos afluentes do Aproague, onde passaram a explorar madeira sob a direção do Sr. D'Or, agente de colonização. ANOM. FM, SG Guy GUY 3, Dossier A12 (8).

⁵² Grenand, Françoise e Pierre. "La côte d'Amapa, de la bouche de l'Amazonie a la Baie d'Oyapock, a travers la tradition orale Palikur." *Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi, série Antropologia*, 3(1), 1987, p. 1-41.

⁵³ Gallois, op. cit., p. 308-309.

⁵⁴ Sobre os Karipuna, ver o trabalho de Tassinari, op. cit.

⁵⁵ Coudreau. *La France Equinoxiale. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: 1887; p. XXXIV.

indígenas, com o objetivo de criar alianças militares entre grupos ameríndios e colonizadores, adaptando para a estratégia de colonização uma atividade – a guerra – que fazia parte das tradições das comunidades indígenas.⁵⁶ O principalado era um cargo administrativo, instituído pela Coroa portuguesa, tendo como base as estruturas de poder das próprias sociedades indígenas. Durante o período colonial, o cargo era exercido exclusivamente por ameríndios, sendo hereditário e concedido através de carta patente pelo monarca ou sob suas ordens.⁵⁷ Os principais desempenharam papel fundamental no controle político do território colonial e gozaram de um grau de prestígio bastante grande a partir do final do século XVI e durante os séculos XVII e XVIII. Muitos receberam títulos honoríficos de ordens militares, assim como concessões de mercês e outros privilégios. Segundo Carvalho Júnior, as lideranças indígenas, cristãs tinham plena consciência de seu poder e dos benefícios que podiam obter junto ao monarca por sua fidelidade e pela aliança militar com os portugueses.⁵⁸ Como esses títulos honoríficos e as patentes de chefe eram muito valorizados pelos indígenas, acabaram se tornando objetos de barganha política nas relações entre portugueses e indígenas.⁵⁹

As reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal durante seu governo (1750-1777) visavam, entre outras coisas, fortalecer o poder absoluto do rei português. A demarcação das fronteiras coloniais e seu povoamento, sobretudo na Amazônia e no Prata, receberam destaque especial durante seu governo. Os habitantes da Amazônia, os povos indígenas, faziam parte do projeto de povoamento e domínio da região. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão de Pombal e governador-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-59), foi reponsável, em 1757, pela implementação do Diretório dos Índios, uma legislação que regulava a vida e a organização dos aldeamentos indígenas.⁶⁰ Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, o Diretório dos Índios manteve as diretrizes básicas do Regimento das Missões de 1686, como, por exemplo, a obrigação do trabalho compulsório para os indígenas aldeados, a tutela dos aldeados, exercida pelos diretores das aldeias, a garantia das terras indígenas e a continuação dos privilégios concedidos aos principais, premissa indispensável para a organização e o funcionamento dessas aldeias.⁶¹ Para Farage, a investidura de patente e títulos honoríficos foi utilizada pela política pombalina como “instrumento na criação de interlocutores políticos entre a população indígena aldeada [...]”.⁶² Preocupado com a assimilação e a miscigenação dessa população, Pombal incluiu na

⁵⁶ Carvalho Jr., Almir. *Guerreiros Indígenas e Líderes Militares na Amazônia portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. In: Cardoso/ Bastos/ Nogueira. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (Século XVII – XIX)*. Curitiba: 2015; p. 59.

⁵⁷ Domingues, Ângela. *Quando os Índios eram vassalos. Colonização e relação de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: 2000; p. 172-173.

⁵⁸ Carvalho Jr., op. cit., p. 65 e 71.

⁵⁹ Ver: Farage, Nádia. *As muralhas dos sertões*. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1986; p. 328-329.

⁶⁰ Almeida, Maria. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: 2010; p. 109.

⁶¹ Farage, op. cit., p. 319.

⁶² Ibidem, p. 328.

nova legislação a imposição da língua portuguesa aos aldeados e o fim de sua discriminação legal. Na época outras leis foram outorgadas, visando a miscigenação de brancos europeus e indígenas (Lei de Casamentos, 1755) e proibindo sua escravização (Lei da Liberdade dos Índios, 1755), mas transformando-os legalmente em súditos portugueses.⁶³ Com isso os missionários perderam o poder temporal nas aldeias, que foram transformadas em vilas, enquanto os indígenas passaram a ser súditos agricultores. Promovia-se assim o povoamento, a agricultura e o comércio na região amazônica. Para cargos oficiais nas (novas) vilas, deveria ser dada preferência aos indígenas, que, no entanto, considerados inaptos para exercê-los, acabaram ficando subordinados à tutela dos diretores, nomeados pelo governador e pelo capitão-geral do Grão-Pará. De fato, quem exercia a administração das aldeias era o diretor. Através dessas medidas e do povoamento territorial, Portugal objetivava garantir sua soberania. Para isso era necessário diminuir a dependência dos colonos em relação à mão-de-obra indígena. Sendo assim, foi fundada, também em 1755, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que deveria introduzir um número significativo de escravos negros na região amazônica.

Implantado no Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1757 e estendido ao Brasil em 1758, o Diretório dos Índios foi extinto em 1798. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 entregou às Assembléias Legislativas Provinciais a incumbência de legislar sobre os habitantes indígenas de suas respectivas jurisdições.⁶⁴ Somente em 1845, com o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios, o Brasil passou a ter uma legislação geral para os grupos indígenas, que vigorou até o fim do Império. De acordo com este documento, cada província deveria ter um diretor-geral de índios, nomeado pelo próprio Imperador. O diretor-geral, por sua vez, indicaria para cada aldeia um diretor local e um pequeno corpo de funcionários para auxiliá-lo.⁶⁵ Para Sampaio, o Regulamento foi um verdadeiro desastre para os grupos indígenas, consolidando o processo de apropriação de suas terras em todo o Brasil, já que permitia o arrendamento e o aforamento por não-indígenas das terras das aldeias.⁶⁶ Como a presença de diretores laicos não trouxe os resultados esperados, em 1866 a Província do Amazonas⁶⁷ teve autorização para colocar na diretoria dos aldeamentos missionários, que, a partir de então, passaram a exercer a direção temporal e espiritual dos aldeados.⁶⁸ Os sacerdotes tornaram-se funcionários do governo e recebiam um salário para desempenhar suas tarefas. Mesmo assim, a falta de missionários disponíveis para os cargos foi constante, como veremos mais adiante.

⁶³ Ibidem, p. 110.

⁶⁴ Sampaio, Patrícia. Política indigenista no Brasil Imperial. In: Grinberg e Salles (org.). *O Brasil Imperial* - Vol. 1 – 1808-1831. Rio de Janeiro: 2009; p. 176 - 206.

⁶⁵ Ibidem, p. 178.

⁶⁶ Ibidem, p. 187.

⁶⁷ Em 1850, o Amazonas foi elevado a província, separando-se da província do Grão-Pará.

⁶⁸ Sampaio, op. cit., p. 199.

Na segunda metade do século XIX, o cargo de Capitão Principal nas aldeias indígenas ainda existia, mas sem a importância ou o prestígio de outrora, por isso a historiografia especializada pouco se refere a ele. Segundo Couto Henrique, o Decreto nº 426, de 1845,⁶⁹ não mais previa a prática de fornecer fardas aos principais das aldeias, porém tal prática persistiu na Amazônia.⁷⁰ Em compensação, de acordo com o Decreto, o diretor-geral deveria fornecer aos diretores locais e missionários os brindes e presentes que eram destinados aos principais, a fim de deixá-los satisfeitos e dispostos a continuar submetidos às autoridades provinciais. As lideranças indígenas porém, sempre haviam existido, independentemente dos colonizadores, sendo parte da tradição cultural dos povos ameríndios.⁷¹

Como podemos notar na documentação da época, Remígio Antonio assumira durante vários anos o cargo de Capitão Principal dos índios do Amapá, *Capitaine des indiens* para os franceses, tendo sido escolhido pela própria comunidade. No entanto, apesar do cargo estar historicamente relacionado apenas à população indígena aldeada, Remígio exercia a função de Capitão Principal não em uma aldeia indígena, mas sim na comunidade do Amapá, que, como veremos, não era composta somente por indígenas, mas sobretudo por soldados desertores, alguns escravos fugidos e outros foras da lei.

Do lado francês, temos um relato interessante feito por Henri Coudreau sobre as lideranças indígenas no Oiapoque. Segundo ele, em 1790 fora instituído o cargo de diretor dos índios junto ao comandante do forte do Oiapoque, mas sem atribuições bem definidas. O primeiro diretor fora o capitão Beaurepaire, que habitava uma pequena ilha abaixo da ilha de Cafesoca e tinha sob suas ordens o indígena Alexis, para o baixo rio Oiapoque e o rio Ouaninike, e um indígena Oyampi, para o alto rio. Beaurepaire morreu em 1835, mas, anteriormente, havia pedido ao comandante do posto para que o neto da mulher com quem vivia, Gngongnon, fosse seu sucessor. Conforme Coudreau, Gngongnon fora reconhecido pelo governo de Caiena e exercera essa função até 1874. Seu filho, também chamado Gngongnon, fora nomeado Capitão dos índios do Oiapoque pelo governador da Guiana Francesa e foi ele que Coudreau conheceu nos anos de 1880, quando viajou pela região. Gngongnon filho era um Capitão influente, mas, no entender de Coudreau, sem autoridade material, isto é, sem uniforme, sem bastão de comandante, sem presentes e sem soldo do governo francês.⁷²

⁶⁹ O Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios fazia parte do Decreto nº 426, de 24 de junho de 1845. Henrique, M. Couto. "A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (século XIX)." *História Social*, n. 25, segundo semestre de 2013, p. 134.

⁷⁰ Henrique, M. Couto. "Presente de branco: a perspectiva indígena dos "brindes da civilização." *Anais do XXVII Simpósio da ANPUH*, Natal, Rio Grande do Norte, 2013, p. 1, nota de rodapé.

⁷¹ *Ibidem*, p. 2-3.

⁷² Coudreau. *Chez nos Indiens: quatre années dans la Guyane française (1887-1891)*. Paris: 1893, p. 278-279.

Estudando os Waiapi da Guiana, Dominique Gallois considera que houve uma grande mudança a partir de 1850 devido à intervenção da administração colonial francesa no que se refere à chefia tradicional. Para facilitar o relacionamento com os indígenas, a administração da Guiana Francesa impusera intermediários aos grupos, nomeando capitães-gerais para cada povo indígena. Eram escolhido homens, que, a seu ver, pareciam capazes de ajudar os franceses na aproximação e transação comercial com os grupos indígenas. O poder do capitão-geral não era restrito apenas a um grupo, mas podia abranger os grupos vizinhos. Para Gallois, esta imposição das autoridades francesas não tinha necessariamente consequências na organização social das sociedades indígenas, que aceitavam o capitão, mas continuavam a ter um chefe tradicional.⁷³

Parece que durante o século XIX tanto os franceses como os brasileiros diminuíram os privilégios e aparatos simbólicos dados anteriormente aos chefes indígenas, que, mesmo assim, continuaram a exercer suas funções e a ser respeitados pela população local e pelas autoridades governamentais. Como nos aldeamentos portugueses, nos quais a chefia indígena emergia do reconhecimento do grupo, mas era estabelecida e respaldada pelo mundo externo, representado pela sociedade estabelecida,⁷⁴ Remígio também fora escolhido pelos moradores da comunidade e reconhecido, com o tempo, pelas autoridades brasileiras e francesas. Entretanto, pela documentação oficial, continuou a receber presentes e armamentos dos governos da colônia francesa e dos presidentes da província do Pará, foi tratado como Capitão Principal dos índios, apesar de ter sob sua autoridade uma população multiétnica, mestiça, muito distinta das aldeias ou vilas indígenas. Usava o título de Capitão conjuntamente com o de liderança indígena de Principal e era o interlocutor da comunidade, negociando diretamente com os representantes dos governos colonial francês e provincial paraense. Do ponto de vista legal, a população do Amapá era formada por foras da lei que, nas últimas décadas do século XIX, foram incorporados nos discursos oficiais como sendo súditos do Império do Brasil e, mais tarde, já na República, quando das negociações internacionais para a delimitação da fronteira, como cidadãos brasileiros, no intuito de comprovar a posse, há décadas efetivada, do território contestado.⁷⁵

⁷³ Gallois, D. *Migração, Guerra e Comércio: os Waiapi na Guiana*. São Paulo: 1986, p. 167-169.

⁷⁴ Farage, op. cit., p. 327.

⁷⁵ Sobre o assunto ver, entre outros, Francinete Cardoso. *Entre conflitos, negociações e representações. O Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém: 2008; p. 117-134.

V. A presença de Remígio Antonio no Amapá

V. 1. Duas cartas de Remígio

Escolhi alguns documentos oficiais franceses e brasileiros que mencionam, desde o início da década de 1850, o Principal do Amapá, na tentativa de construir uma história atenta aos indivíduos da região, compreendidos em suas redes sociais. Procurando nos documentos oficiais o destino particular de Remígio, gostaria de refazer, dentro do possível, as relações sociais nas quais interagiu, ressaltando assim a multiplicidade dos espaços e do tempo em que se inseria. Apesar das limitações impostas pelo tipo de documentação escrita - oficial -, ela nos permite acompanhar este protagonista em contextos sociais diferentes, negociando com atores diversos em momentos distintos.⁷⁶ A partir das atividades de Remígio Antonio, gostaria de reconstruir a dinâmica existente nesse espaço – o Contestado Franco-Brasileiro –, no período de tempo posterior ao acordo de neutralização do território entre o Brasil e a França, em 1841, e a abolição da escravidão negra na Guiana Francesa, em 1848, até a morte do Principal, no final da década de 1860.

Dada a raridade da existência de testemunhos escritos por indígenas, escravos, soldados desertores e muitos outros atores, considero uma preciosidade as duas cartas de Remígio Antonio que encontrei até o momento. Não tive a sorte de ter em mãos o original da primeira carta, mas apenas a tradução francesa, feita pelo capitão Henry da embarcação *Englantine*. Assim sendo, mesmo não podendo comprovar sua existência, optei por dar crédito à tradução. Encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, a segunda carta, voz do nosso protagonista, é um documento original de difícil leitura, comprovando sua negociação com o presidente da província do Pará para capturar os soldados desertores da Colônia Militar Pedro II, estabelecida em 1840 às margens do rio Araguari. A revolta dos soldados se dera em 1855, causando suas fugas para Caiena ou para o Contestado.⁷⁷

A primeira carta de Remígio faz parte de um episódio envolvendo o capitão da fragata francesa *Englantine*, que, como veremos, se encontrava na costa do Amapá com o objetivo de observar a chegada e as atividades de embarcações brasileiras no local. Nota-se uma total desconfiança mútua entre as autoridades brasileiras e francesas. Como não havia confiança entre as duas nações e nenhuma das duas respeitava muito o acordo de 1841, elas passaram toda a segunda metade do século XIX se espionando, se acusando e tentando envolver a população do Contestado em seus propósitos, até ocorrer a delimitação da fronteira, em 1900.

⁷⁶ Revel, J. *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: 1996; p. 20-21; Ginzburg e Poni. "La micro-histoire". *Le Débat*, 1981/10 (n° 17), p. 133-136.

⁷⁷ Sobre a revolta na Colônia Militar ver: Nunes, Francivaldo Alves. "Aspectos da colonização militar no norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos." *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III, n° 7, Abril de 1012.

No mês de fevereiro de 1850, o capitão do navio francês *Englantine* enviou um relatório ao governador da Guiana sobre a situação no Amapá.⁷⁸ Narra ele que, quando se encontrava na região, topou com uma canoa (*piroque*) com quatro negros e uma negra, todos escravos fugidos do Brasil. Interrogando os cinco, obteve as seguintes informações: eram todos escravos de senhores de Macapá e dirigiam-se a Caiena, quando foram pegos pela pororoca entre o Cabo do Norte e a ilha de Maracá. A canoa virou e eles perderam todos os seus víveres. Após cinco dias se alimentando apenas de carangueijos, foram pedir ajuda ao capitão do *Englantine*.

Os escravos Joaquim e Philippe pertenciam a Alves (Pedro), um morador das cercanias de Macapá; Manuel e Miguel eram escravos de Férere (Hilaire),⁷⁹ que também morava nos arredores de Macapá; Ignasse era uma negra escrava pertencente a Procope, português europeu, juiz de Paz em Macapá.⁸⁰ Todos relataram que haviam fugido no dia 15 de janeiro de seus senhores devido aos maus tratos dos chicotes. O capitão Henry salientava que os corpos dos negros, principalmente da negra, que deveria ter por volta de 14 anos, estavam marcados por sulcos cavados. Respondendo às perguntas de Henry, os negros contaram que sabiam que em Macapá estavam sendo armadas duas embarcações para serem enviadas a Maracá, com o objetivo de capturar escravos fugidos do Pará. Pensaram, inicialmente, que o *Englantine* era um desses navios e por isso haviam quase largado sua canoa para se esconder na floresta. Na sua opinião, o atraso na partida das embarcações de Macapá devia-se provavelmente ao fato de que os soldados destinados a essa missão estariam trabalhando na construção das muralhas da cidade. O capitão forneceu alimentos aos fugitivos e estes partiram do Amapá com alguns tapuias, depois de terem entrado no seguinte acordo: os negros pescariam para os tapuias e receberiam como salário sua alimentação mais um quarto do produzido pela pesca.⁸¹ Datado de 21 de fevereiro de 1850 e escrito por Pariset, Comissário Geral da República, ao ministro da Marinha e das Colônias, o ofício esclarece o que havia ocorrido. O presidente do Pará anunciara sua intenção de ocupar o Amapá para controlar a fuga de escravos para o território francês, o que fizera

⁷⁸ ANOM. FM, SG, Guy 33, D 2 (06). Ofício sem data completa.

⁷⁹ Talves Ferreira.

⁸⁰ Mantive a grafia dos nomes que constam no documento francês. A negra devia se chamar Inácia.

⁸¹ Em sua magnífica obra, publicada pela primeira vez em Paris, em 1861, Joaquim Caetano da Silva ressalta, que, em 29 de setembro de 1848, o governo brasileiro decretara anistia a favor dos súditos brasileiros, na sua maioria desertores que haviam fugido durante e depois da Cabanagem para a região dos lagos do Amapá, mas com a condição de que continuassem a viver no local. Tal medida coincidia com os preparativos para uma expedição destinada a realizar uma reforma do forte de Macapá, que se encontrava em péssimo estado. O governo de Caiena interpretou os preparativos como se o Brasil intencionasse estabelecer uma colônia militar na região e estacionou um navio de guerra na embocadura do rio Amapá, com o objetivo de vigiar as canoas brasileiras que praticavam comércio no lago. Silva. *O Oiapoque e o Amazonas...*; p.176-177. Provavelmente tratava-se do navio *Englantine*, pois o fato descrito acima por Caetano da Silva acarretou, segundo o autor, em janeiro de 1850, uma troca de correspondência entre o presidente do Pará e o governador de Caiena. Caetano da Silva não menciona neste seu relato a intenção do governo do Pará de capturar escravos fugidos, mas sabe-se que, após a abolição da escravidão negra na Guiana Francesa, em 1848, a preocupação dos proprietários paraenses com a fuga de seus escravos se intensificou. Ver: Gomes, Flávio. *Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira*. In: Gomes, Flávio (Org.). *Nas terras do Cabo Norte. Fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII–XIX*. Belém: 1999; p. 310.

com que o governador enviasse o *Englantine* para o local, a fim de acompanhar as manobras dos brasileiros na costa do território contestado.⁸² Segundo o comissário, a fuga dos cinco escravos era a primeira evasão ocorrida que chegara ao seu conhecimento, após a abolição definitiva da escravidão nas colônias francesas, em 1848. Pariset explicava ainda que já havia escrito ao capitão Henry, pedindo que não fosse tão longe na sua ajuda aos escravos marrons do Brasil, pois o Amapá não era uma terra livre e sim um território contestado, no qual era difícil para a França defender a liberdade de pessoas que o Brasil acreditava poder possuir e prender. Como a França negava ao Brasil a soberania nessa área, não poderia reclamar para si esse direito.⁸³

Em resposta ao governador da Guiana, o capitão Henry dizia que se achava na obrigação de avisar Caiena sobre as intenções do governo brasileiro. Para reforçar as notícias do envio, por parte do governo do Brasil, de duas embarcações ao Amapá, o capitão remetia ao governador, junto com seu ofício, a tradução de uma carta escrita pelo Principal dos índios, Remígio Antonio. A carta lhe fora entregue por quatro tapuias provenientes do Amapá. Remígio, por sua vez, obtivera a notícia através de uma canoa tapuia vinda de Macapá, que havia encontrado as embarcações brasileiras.

Segue a carta de Remígio traduzida pelo capitão do *Englantine*:⁸⁴

Monsieur le Capitaine Henry,

Mapa 28 février 1850.

Je vous prévienne que les hommes de Macapa vont bientôt venir à Mapa; que 3 Bricke de Guerre viennent; qu'ils seront ici aux petites marées. Qu'ils sont prêts à marcher; seulement ils attendent la pirogue qui est partie d'ici dernièrement. Ansi m'ont raconté les hommes qui sont arrivés dernièrement de cet endroit.

A présent vous serez averti, maintenant pour que vous ne soyes pas surprise.

Signe Remigéo Antonio

⁸² O jornal *O Velho Brado do Amazonas*, de 24 de abril de 1851, expunha as preocupações dos proprietários do Macapá com o aumento das fugas de escravos para o Contestado e propunha, como medida de contenção, "postar na embocadura do Amapá, uma barca guarnecida de força armada, que obstasse ali o ingresso de escravos brasileiros (...)" O presidente do Pará foi contra essa resolução tomada pela câmara e pelos notáveis do Macapá e "fizera partir para ali o Vapor de guerra (que já regressou) com ordens para imediatamente retirar-se o destacamento referido, (...)". Portanto, havia, sim, por parte dos proprietários de Macapá uma movimentação de embarcações para capturar os escravos fugidos que tentassem se evadir para o Contestado. Com a abolição da escravidão negra em território francês e a proibição legal no Brasil do tráfico transatlântico de escravos, em 1850, era óbvio o desejo dos proprietários de impedir a fuga de seus escravos para o norte. No Contestado eles não podiam ser legalmente perseguidos e na Guiana eram considerados pessoas livres.

⁸³ ANOM. FM, SG, Guy 31, D 10 (6 bis).

⁸⁴ Cópia da carta do capitão Henry contendo a tradução da carta de Remígio, enviada junto ao ofício de Pariset, de 21 de fevereiro de 1850, ao ministro da Marinha e das Colônias. ANOM. FM, SG, Guy 31, D 10 (6 bis).

Segundo Remígio, o Brasil mandaria de Macapá ao Amapá três navios de guerra, que aguardavam para partir a volta da canoa enviada. No ofício do capitão do *Englantine*, consta que uma canoa brasileira fora enviada ao Amapá para verificar o número de navios franceses que se encontravam no local e quais eram suas intenções. Como fora informado pelos tapuias, havia 9 dias que essa canoa voltara a Macapá. Remígio passava então todas as informações ao capitão Henry, para que este não fosse pego de surpresa e, indiretamente, para que tomasse providências, já que a presença de embarcações brasileiras com o objetivo de capturar escravos fugidos ameaçava a existência de muitos moradores da região. Indiretamente, pedia a proteção dos franceses.

Em março de 1851, o nome de Remígio aparece em um episódio que envolvera novamente sete escravos fugidos do Brasil para a Guiana Francesa.⁸⁵ Conforme o relatório do interrogatório dos escravos, realizado pelo chefe do *Bureau Central de l'Interieur*, Sr. Lasneret, uma canoa com 8 pessoas a bordo, vinda diretamente do Amapá, penetrou o rio Aproague. Dos 7 negros escravos que se encontravam na canoa, três haviam fugido da ilha de Marajó e quatro, entre eles uma mulher, eram de Macapá. Todos alegavam ter fugido devido aos maus tratos praticados por seus senhores. Além dos negros, havia ainda na canoa um habitante de Caiena, Mr. Lougarre. Este proprietário se encontrava no navio *Therèse*, proveniente do porto de Caiena, de propriedade de H. Huguais e com destino ao Pará, onde iria buscar um carregamento de gado, quando deu de encontro com a canoa, na baía de Maracá. Mr. Lougarre aproveitou a oportunidade para permanecer no Amapá, onde possuía relações comerciais. Como os negros tencionavam ir para Caiena, acompanharam-no até o Aproague, na colônia francesa, quando, após o interrogatório procedido pelo comissário de polícia, Mr. Besse, foram encaminhados para a propriedade agrária deste, ficando acordado que, na primeira ocasião, seriam levados a Caiena, o que foi feito. Chegaram à cidade no dia 22 de abril e, por ordem do governador, foram imediatamente interrogados por Lasneret.

Os interrogados eram: Antonio Joan, de 32 anos; Jean Manuel, de 18 anos; Antonio Joachim, de 45 anos; Joachim Carreio, de 50 anos; Domingo, de 25 anos; Pedro Antonio, de 40 anos e Joana, de 45 anos.⁸⁶ No interrogatório, datado de 11 de junho de 1851, os sete declararam ter fugido de seus senhores por ser mal tratados, relataram como encontraram Mr. Lougarre e afirmaram desejar voltar para o Aproague, a fim de trabalhar na propriedade de Mr. Besse. Antonio Jean, morador da ilha de Marajó, relatou que ele e seus dois companheiros de fuga desejavam entrar no rio Amapá para se encontrar com o Principal. Este lhes dissera então que se encontravam em um país francês, que os franceses não reconheciam mais o cativo e, conseqüentemente, que eram homens livres.

⁸⁵ ANOM. FM, SG, GUY 31, D10 (6 bis).

⁸⁶ Mantive os nomes e a grafia que constam no auto do processo.

Proveniente de Macapá, Joaquim Carreio relata, por sua vez, que ficara sabendo pelo Principal que Antonio Joan havia vendido a canoa a Mr. Lougarre e, como este comerciante se dirigia a Caiena, lhe pedira para levar consigo os negros. Também proveniente de Macapá, Domingo conta que ele e seus companheiros haviam entrado no Amapá para procurar um índio que os pilotasse até Caiena, já que desconheciam o caminho. Fora o Principal do Amapá que os apresentara aos homens de Marajó, que também se dirigiam a Caiena, dizendo-lhes ainda que poderiam aproveitar a canoa destes para irem todos juntos.⁸⁷

Através das declarações dos sete, percebe-se que os negros provenientes de Marajó ficaram conhecendo os oriundos de Macapá somente no Amapá, através do Principal. Depreende-se das declarações que nessa época o Principal considerava o Amapá território francês e tinha pleno conhecimento da situação legal dos negros no Brasil. No seu entender, aqueles sete negros que haviam pisado o território do Amapá eram pessoas livres e, conforme seu próprio desejo, ele organizara sua ida a Caiena. Por seu lado, os homens sabiam da existência de um Principal no Amapá, que poderia auxiliá-los na fuga. Portanto, negros e brancos necessitavam e usavam o conhecimento que os indígenas possuíam do espaço amazônico; os índios eram os “senhores dos rios” e sem seus saberes as fugas se tornariam mais difíceis, arriscadas e quase impossíveis. Remígio não só os ajudara como organizara sua ida a Caiena. Juridicamente, esses negros só estariam livres se pisassem o território francês, pois, como explicara Pariset, o Contestado continuava sendo uma área neutra, na qual os negros fugidos, apesar de não poderem ser perseguidos, não teriam sua liberdade garantida por lei.

A segunda carta de Remígio, datada de 24 de março de 1856, é de difícil leitura e entendimento, mas representa uma prova de sua colaboração com as autoridades brasileiras que, naquele momento, tentavam capturar os soldados responsáveis pela revolta e pelo assassinato do comandante da Colônia Militar Pedro II, ocorridos em 1855.

Em ofício de 5 de julho de 1855, dirigido ao ministro dos Negócios do Estrangeiro, Visconde de Abaeté, o cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, informava ter pedido ao chefe do Serviço Judiciário e ao governador de Caiena a extradição do desertor Caetano Antonio, “engajado no 3º Batalhão de Artilharia a pé, que, assassinando, com outros soldados da Colônia de Pedro 2º, o comandante do destacamento e outras pessoas em maio próximo findo, veio refugiar-se nesta cidade (Caiena) persuadido, como é de crer, que não seria perseguido aqui pelos seus crimes.”⁸⁸

⁸⁷ ANOM. FM, SG, GUY 31, D10 (6 bis). Note au sujet des sept noires brésiliens réfugiés à la Guayane.

⁸⁸ Cópia anexada ao Aviso reservado dirigido à presidência da província do Pará, em 27 de novembro de 1855. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ano: 1850-1959, caixa 147.

Como se tratava de um desertor e não de um escravo, sua extradição estava fundamentada no tratado de 8 de janeiro de 1826 entre o Brasil e a França, mas, como explicava o cônsul, o tratado limitava-se à extradição de desertores da Marinha das duas potências, e não do Exército. O cônsul esclarecia ainda que no auto de prisão constava que havia outras vítimas além do comandante e que o preso Caetano Antonio fora o cabeça da sedição. Além disso, todos os envolvidos haviam se gabado de seus crimes quando estiveram no Amapá. Caetano Antonio havia se dirigido a Caiena e os outros desertores para o rio Cunani, território contestado. Observava ainda que, como constava em ofício do diretor do Interior ao governador da Guiana, havia no Amapá um chefe de índios nomeado pela administração da colônia (francesa) que mantinha correspondência oficial com as autoridades coloniais. Segundo o cônsul, ele já suspeitava de sua existência, pois tinha em mãos um passaporte "assinado, em 28 de dezembro de 1852, por um tal Chefe da Colonização dos Tapuias, pedindo às autoridades da Guiana trânsito livre na Costa, desde Caiena até o Amapá, para diferentes indivíduos nomeados no mesmo documento."⁸⁹

Em outro ofício de Frederico Magno de Abrantes, consta que os demais suspeitos haviam-se refugiado no Contestado, pois talvez lá não houvesse quem os reconhecesse ou então porque as autoridades locais não queriam prendê-los.⁹⁰ O cônsul informava ainda ter ouvido falar que alguns soldados comprometidos com o assassinato tinham sido vistos em Caiena. Como havia a possibilidade de que retornassem à cidade, pedia ao presidente do Pará que lhe enviasse documentos oficiais, autorizando-o a exigir do governador de Caiena suas respectivas extradições, fosse como desertores, fosse como autores e cúmplices do referido atentado.⁹¹ O presidente da província do Pará, Sebastião do Rego Barros, explicava, porém, sua estratégia ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 8 de abril de 1856, estratégia esta que seria muito diferente da do cônsul, para prender os desertores da Colônia Militar Pedro II. Rego Barros dizia que haviam chegado a Belém dois desertores vindos do Amapá, sendo um deles provavelmente o assassino do tenente Joaquim Bezerra de Albuquerque, comandante da Colônia Militar Pedro II. O suposto assassino fora preso e remetido por Remigio Antonio Xavier, conhecido no local como Capitão Principal. Através do comerciante português Antonio Gomes de Oliveira, Rego Barros havia conseguido se comunicar indiretamente com Remígio Antonio, ficara sabendo que os 60 a 80 habitantes do lugar tinham contato com os franceses e que os criminosos desertores da Colônia Militar Pedro II se encontravam por lá. Segundo seu relato, ele mandara avisar a Remígio que os habitantes do Amapá eram brasileiros, que não deviam receber ordens de Caiena e que poderiam viver tranquilos que ele, presidente, não os incomodaria, mas desejava que

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁹⁰ Não fica claro o que o cônsul queria dizer, já que ele sabia que os desertores não poderiam ser presos no Contestado.

⁹¹ Ofício do cônsul geral do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abrantes, ao presidente da província do Pará, Henrique de Beaurepaire-Rohan, em 13 de dezembro de 1856. APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Série: 13, Ofícios dos Cônsules, Ano: 1851-1859, caixa 157 A.

também servissem no que pudessem ao governo imperial. Pedia então a Remígio que, como prova de sua intenção de ser útil a seu país, prendesse os soldados desertores da Colônia Pedro II. Barros explicava ainda que em pouco tempo se dera a prisão dos dois desertores criminosos acoitados no Amapá. Juntamente com os dois criminosos, Rego Barros recebeu a carta de Remígio, que reenviava ao ministro. Com a pequena quantia de 100\$000, o presidente mandou pagar Remígio pelas despesas feitas com a remessa dos dois desertores e, finalizando seu ofício, explicava que havia negociado desta maneira:

(...) em vez de entrar em comunicação directa com o Governador que talvez oppusesse suas dificuldades; não havendo tambem tropa para a expedição e quando esta se podesse obter, sem duvida nenhum resultado obtiríamos pois que os criminosos não deixariam de ter imediatamente aviso. Entretanto o meio de que lancei mão alem de ser muito mais conveniente, util e economico, offerece a vantagem de não se assustar aquela pequena população que já nos serve, e que politicamente falando, (...) ⁹² pode convir muito para o futuro achando-se estabelecida no ponto que está mais proximo do logar que deve vir a ser a nossa fronteira. ⁹³

Em resposta, o ministro dos Negócios Estrangeiro, Silva Paranhos, dizia que estava totalmente de acordo com o procedimento do presidente da província e completava:

Em resposta, cumpre communicar que approvo o seo procedimento, devendo ser sem duvida preferido o meio que se lhe offereceu de capturar os criminosos independente das autoridades de Cayena e que muito estimei conhecer as informações que obteve V. Exc. à cerca da gente que existe no Amapá e de suas relações pois mui diversa era a idea que havia desses foragidos, reputados em geral malfeitores, e disposto a aceitar a nacionalidade Franceza. Segundo o que colhi também do officio de V. Exc. nem todos os individuos que vivem naquelas paragens são (...) ⁹⁴, elles entretem relações com pessoas dessa Provincia, e, longe de terem perdido todo o sentimento Brasileiro, o seo proprio Capitão se põe à disposição dessa Presidencia, e se presta a capturar os assassinos alli refugiados. Julgo muito acertado que esta Presidencia não despreze a obediencia que lhe protesta Remigio, não só no interesse politico de conservar aquella povoação adherente ao Imperio, como tão bem no interesse da policia e segurança desses logares.

Em vista dessas circunstancias, escreverei à Legação do Imperio em Paris para que não solicite, ou desista desse empenho, se derão algum passo para obter do Governo Francez o concurso das autoridades de Cayena afim de policiar aqueles lugares. ⁹⁵

⁹² Não consegui decifrar.

⁹³ Ofício de 8 de abril de 1856 de Sebastião do Rego Barros, dirigido ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), 308/4/3, Governo do Pará, Ofícios: 1849-1856

⁹⁴ Palavra intelegível no original.

⁹⁵ Ofício de 29 de abril de 1856. AHI, 308/4/3, Governo do Pará, Ofícios 1849-1856.

Junto a esta documentação, consta a carta de Remígio, afirmando sua disposição em colaborar com o governo brasileiro.⁹⁶

Illmo Exc. Sr.

Prezidente da Província do Pará

Amapá 24 de Março de 1856

Exc. Sr. Em vista da Ordem que V. Exc. me ordenou pello o Sr. Ellias Caetano e fez tudo o açaço de pilhalos Porem não pude çom dois que se de nome Remualdo e outro Chaves tavão que os quais devem çer os que matarão o oficial da Colonia Emquanto o outros Estão nos outros Rios de mais de Baixo mais çe eu Puder pelhar e Remeterão a V. Exc. na outra ocazião e o depois Participo a V. Exc. que não há gente para fazer huma diligência Capais e normais estou as Ordens da Exm neste que confeça çer de V. Exc. para tudo o çerviçio o

Capitão Principal do Amapá

Remígio Antonio Xavier⁹⁷

Pelo que se depreende da carta de Remígio, ele não conseguira prender Remualdo e Chaves, que pressupunha serem os assassinos do tenente da Colônia Militar. Conforme Remígio, os demais desertores se encontravam em outros rios, isto é, não na região do rio Amapá, mas provavelmente no Cunani, conforme o ofício do cônsul do Brasil em Caiena, acima citado. Como escrevera Remígio, caso conseguisse capturá-los, o que seria difícil por falta de gente capaz, se comprometeria a enviá-los ao presidente da província. Remígio finaliza a carta se pondo às ordens do presidente. Na realidade, Remígio não prometeu muito e vai logo esclarecendo que, por falta de gente, provavelmente não conseguiria prender mais ninguém.

Caetano Antonio fora preso em 1855 em Caiena e enviado pelo cônsul Abranches em navio com destino ao Maranhão, sendo que de lá seria encaminhado para Belém. Segundo Rego Barros, dois outros desertores foram capturados e enviados a Belém por Remígio Antonio, em abril de 1856. Na carta do presidente da Província não constam os nomes desses dois desertores e, em carta anterior do próprio presidente, datada de 26 de fevereiro de 1856⁹⁸ e endereçada a José Maria Paranhos, consta que fora extraditado de Caiena um certo Caetano Alberto e não Caetano Antonio. Provavelmente trata-se da mesma pessoa e o presidente cometeu um erro ao escrever o nome do soldado. Além de ter sido constante as autoridades cometerem erros nos nomes e sobrenomes de pessoas do povo, nota-se também em outros ofícios que muitos desertores trocaram de identidade para confundir as

⁹⁶ Junto a esta carta, há uma segunda, sem data, que, por razões técnicas, não posso reproduzir, mas que também trata da questão da prisão dos soldados da Colônia Militar Pedro II.

⁹⁷ AHI, 308/4/3, Governo do Pará, Ofícios 1849-1856.

⁹⁸ AHI, 308/4/3, Governo do Pará, Ofícios 1849-1856.

autoridades – francesas e brasileiras – que estavam a sua procura.⁹⁹ De qualquer maneira, permanece a dúvida sobre as causas que levaram Remígio não só a prender os dois desertores, que, como veremos adiante, pertenciam como ele ao 3º Batalhão de Artilharia a pé, como também a entregá-los às autoridades brasileiras.¹⁰⁰

Podemos notar na correspondência oficial trocada entre o Consulado do Brasil em Caiena, a Presidência da província do Pará e o Ministério dos Negócios Estrangeiros que a questão relativa à prisão dos desertores da Colônia Pedro II seguiu ainda por alguns anos, mas sem resultados concretos. Somente em dezembro de 1865, isto é, 10 anos mais tarde, é que Magno de Abranches participou a José Antonio Saraiva, ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, que havia enviado à Presidência do Pará, pelo navio francês *Prince de Galles*, sob o comando do capitão Millot e por intermédio do delegado de polícia da Parnaíba e da Presidência do Maranhão, o soldado do 3º Batalhão de Artilharia a pé, Alberto José de Oliveira, cujo nome constava no decreto de extradição do Governo Francês, de 8 de novembro de 1857. Oliveira fora recolhido à prisão da cidade de Caiena.¹⁰¹ Por omissão da autoridade local no cumprimento de certas formalidades exigidas pelos regulamentos da Marinha, Oliveira não embarcou no navio francês, mas sim, alguns dias mais tarde (janeiro de 1866), no vapor norte-americano que se dirigia ao Pará. Foi, portanto, remetido diretamente àquela província.¹⁰² Além dos três desertores Caetano Antonio, Francisco Soares e Alberto José de Oliveira, presos e deportados para o Brasil, nenhum outro foi capturado pelas autoridades brasileiras ou francesas e muito menos por Remígio Antonio.

V. 2. O caso de João Pinheiro

Um outro caso que envolvera Remígio Antonio foi extensamente relatado por Frederico Magno de Abranches, em carta de 4 de novembro de 1856 ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, envolvendo um cidadão brasileiro que fora ao Contestado franco-brasileiro em busca de alguns escravos de sua propriedade, que haviam fugido.¹⁰³ O homem fora preso e enviado por Remígio a Caiena. O caso causou um mal-estar diplomático entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois Impérios, que haviam acordado, em 1841, manter e respeitar a neutralidade do território contestado até sua demarcação definitiva.

⁹⁹ Ofício 22, de 11 de dezembro de 1862. Escrito pelo cônsul Frederico de Abranches ao ministro dos Negócios do Estrangeiro, Marques de Abrantes. AHI, Lata 243, maço 4, pasta 5; Guiana Francesa. Consulado. 1862-1864.

¹⁰⁰ Segundo o cônsul Frederico de Abranches em ofício ao ministro dos Negócios do Estrangeiro, Marques de Abrantes, todos os praças que compunham o destacamento da Colônia Militar Pedro II, em 1855, ano em que ocorreu a revolta, pertenciam ao 3º Batalhão de Artilharia a pé. AHI, Lata 243, maço 4, pasta 5; Guiana Francesa. Consulado. 1862-1864.

¹⁰¹ Ofício de 14 de dezembro de 1865. Frederico Magno de Abranches ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6.

¹⁰² Ofício de 27 de dezembro de 1865. Frederico Magno de Abranches ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6.

¹⁰³ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Série: 13. Ofícios dos Cônsules, Ano: 1851–1859, Caixa: 157 A.

Abranches relata que havia recebido do governador da Guiana um ofício, comunicando-lhe que um homem que se dizia tenente-coronel a serviço do Brasil havia acabado de chegar a Caiena, conduzido por alguns índios tapuias. Os índios haviam prendido o tal sujeito no território contestado, por insinuação do próprio governador, como este mesmo confessara. O governador convidava o cônsul do Brasil para ir a seu gabinete, onde se encontrava o tal sujeito, para que pudesse se assegurar da exatidão de suas asserções. Como Abrantes suspeitava, o preso não era oficial do Exército brasileiro, chamava-se João da Cunha e Silva Pinheiros e, como ele próprio explicou, tomara esse título com o objetivo de facilitar a prisão de seus escravos, quando estivera no Amapá. Dizia ainda que havia escrito ao presidente do Pará, explicando-lhe os fatos. Na resposta do presidente, que se encontrava com Pinheiros, constava apenas que recebera “as notícias que lhe dava, das quais faria o uso que entendesse conveniente, que não aprovava o ter ele dito que era oficial do Exército, porque isso poderia ser causa de assustar aquela gente”. O governador de Caiena não se mostrou nada satisfeito com a atitude do presidente do Pará, pois, se não ordenara, ao menos não desaprovava que Pinheiro fosse ao Contestado prender escravos. Como o governador se mostrou descontente, Abranches resolveu avisar o ministro dos Negócios Estrangeiros e lembrá-lo que, em seu ofício de 16 de outubro de 1856, havia anexado uma cópia da carta de Pinheiros, destinada ao Presidente do Pará. Nessa carta, dizia Abranches, Pinheiro escrevera que no Amapá havia um Principal de índios que içava a bandeira francesa todos os domingos e possuía munições e armamentos fornecidos pelo Governo de Caiena. O cônsul achava que essas acusações, se fossem falsas, nenhum inconveniente apresentariam, mas, caso fossem verdadeiras, só poderiam prejudicar o governo francês, já que nenhum dos dois Estados podia exercer qualquer tipo de soberania ou influência no Contestado. Aparentemente convencido de que o governo imperial não estava envolvido no ocorrido, o governador declarou com a ajuda de um intérprete aos dois caboclos presentes, que haviam conduzido Pinheiro até Caiena, que “nenhuma autoridade brasileira nem francesa podia prender a desertores ou a escravos fugidos, nem exercer atos de jurisdição no território contestado; que portanto, se alguém os fosse atacar ou molestar, podiam empregar os meios naturais de defesa contra os agressores, e até matá-los.”¹⁰⁴ Acrescentava que os brasileiros que fossem se estabelecer no contestado perdiam, por este fato, o direito de ser cidadãos brasileiros. Abranches se opôs a esta última afirmativa do governador, observando que ninguém perdia a sua nacionalidade por residir no território contestado. O mais que lhe podia resultar seria ficar privado da proteção do governo brasileiro. Finalizando sua correspondência, o cônsul explicava ao ministro quem era Pinheiro: “Pinheiro é homem branco, diz ser filho de João Gonçalves Corrêa, antigo oficial da Marinha que fez parte da esquadra portuguesa que ocupou Caiena em 1809; é morador na vila de Chaves onde se ocupa na extração e comércio de goma elástica.”¹⁰⁵

¹⁰⁴ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, 1850-1859, caixa 147.

¹⁰⁵ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, 1850-1859, caixa 147.

Dois ofícios franceses completam as informações de Abranches: o primeiro, de 19 de junho de 1856, escrito pelo governador da Guiana, Auguste Baudin, ao ministro da Marinha e das Colônias, explicava que o Principal Remígio Antonio havia estado em Caiena com um carregamento de peixes salgados e acompanhado de dois rapazes feridos por malfeitores provenientes do Pará. Primeiramente, Remígio tinha enviado à Caiena um tapuia de nome Claudino, que levava consigo uma carta do Principal, denunciando o ataque e o roubo praticados por um bando de malfeitores provenientes do Pará. Como o governador não podia ajudar a comunidade em território litigioso, pedira ao diretor do Interior para responder a Remígio, expondo as dificuldades e explicando que, se ele levasse a Caiena esses bandidos, o governador os entregaria à justiça. Passado pouco tempo, Remígio foi pessoalmente a Caiena pedir armamento às autoridades francesas. Segundo carta do governador, ele, por humanidade, resolvera dar ao Principal, “um homem honesto e que mantinha há anos relações com o governo francês”¹⁰⁶, dez fuzis e munição para que pudesse se defender. Além do sentimento de humanidade, o governador justificava a doação do armamento à necessidade de fazer boa política com a população do Amapá. Deveria mostrar boa vontade com essa gente, já que cedo ou tarde tomaria posse da região que lhe pertencia.¹⁰⁷ No segundo ofício, de novembro de 1856, consta que Prosper Chaton serviu de intérprete entre Pinheiro e o governador e que este homem, que se fizera passar por oficial do Exército brasileiro, não agia sozinho no Contestado. Estava acompanhado de mais homens e já havia algum tempo que atormentava os moradores locais.¹⁰⁸

Temos a versão brasileira e a francesa do mesmo fato e, de certa forma, elas se completam. É interessante observar a maneira como as autoridades definiam etnicamente os dois homens que, a mando de Remígio, haviam levado Pinheiro até Caiena. Para o cônsul, tratava-se de dois caboclos, já para o governador, de dois índios. De qualquer maneira, para ambos eram homens “de cor”, isto é, não brancos sendo, portanto, desnecessário mencionar seus nomes. Além disso, em sua carta o cônsul do Brasil falava apenas de uma pessoa, o tal João da Cunha e Silva Pinheiro, que fora capturar escravos no território. Como vimos, Claudino e Remígio referiam-se a um bando e prenderam seu chefe Pinheiro, informação omitida pela autoridade brasileira, mas bem mais plausível em uma atividade de captura de escravos. Na segunda carta do governador, Remígio fez exatamente o que este lhe havia dito durante sua estadia em Caiena: com o armamento recebido, prendera e enviara o chefe dos malfeitores ao governador, para que este solucionasse o problema. Auguste Boudin, o governador, esperava que o ministro da Marinha aprovasse sua atitude,

¹⁰⁶ Ofício de 19 de junho de 1856, de A. Boudin ao ministro da Marinha e das Colônias. ANOM. FM, SG, GUY 34, Dossier D2 (09).

¹⁰⁷ Ofício de 19 de junho de 1856, de A. Boudin ao ministro da Marinha e das Colônias. ANOM. FM, SG, GUY 34, Dossier D2 (09).

¹⁰⁸ Ofício de 10 de novembro de 1856, de A. Boudin ao ministro da Marinha e das Colônias. ANOM. FM, SG, GUY 34, Dossier D2 (09).

pois esta poderia trazer a paz entre os indígenas com quem comercializavam, aspecto importantíssimo.

Do lado do Brasil, o cônsul Abrantes enviara ao ministro dos Negócios Estrangeiros a cópia da carta de João Pinheiro dirigida ao presidente do Pará, na qual Pinheiro relatava as causas que o haviam levado ao rio Amapá e descrevia a situação em que se encontrava a região. Concomitantemente, oferecia seus serviços ao presidente do Pará para capturar, numa próxima vez, os desertores brasileiros que viviam naquela paragem. Com este fim, enviava uma relação nominal desses 14 desertores e, detalhe importante, indicava suas patentes nas diferentes corporações às quais pertenciam. Explicando sua estratégia para capturar os desertores, Pinheiro expunha ainda o sistema de comunicação existente no local que servia para proteger os moradores das investidas de proprietários de escravos, ou de homens a mando desses. Como sabia que havia cometido uma infração – ir ao Contestado à procura de escravos fugidos –, o que acabou envolvendo a diplomacia do Império, resolveu prestar seus serviços à nação. Sua carta nos fornece ademais dados sobre a atuação de Remígio na região.

Vejamos o que Pinheiro nos revela:

Este lugar, Exmo Senhor, tem diversos habitantes de baixo do mando do Principal Remigio, e com (...) ¹⁰⁹ de pertencerem a nação franceza, tanto que o Principal tem armamentos e munições fornecidas por Cayenne, todos os domingos issava-se em um mastro na casa do Principal um pavilhão francez por determinação de um M. Thomaz D (...) ¹¹⁰ que me dizem ser Capitão e diretor das colonias francezas ¹¹¹, eu disse ao Principal que se não issasse mais este pavilhão em quanto eu não tomasse os esclarecimentos com V. Exc. a fim de saber se pode ou não gozar esse lugar d'este distintivo, espero que V. Exc. me esclareça se isto pertence ou não aos francezes, e a não pertencer, se V. Exc. approva não so a capituração dos assassinos do commandante da colonia ¹¹², que existem no rio Caxipor, como os criminosos desertores que existem alem dos que vam na relação. Existe já em minha companhia, como apresentados, os dous cabos da escuadra do 3º batalhão de artilharia e cinco soldados, e do corpo de policia provincial tres soldados e da marinha tres grumetes; n'este nº outro soldado do 3º batalhão de artilharia a pé Zeferino Antonio do Espirito Santo pertencente ao numero dos desertores da colonia, e não vai n'essa data por não ser propria a occasião, o que farei depois das determinações de V. Exc., não peço força a V. Exc. para não os afugentar, porque o lugar dá aso a que elles, conhecendo que tem de ser presos, a não se poder aprender um só, o que tudo se pode fazer por surpresa, e eu ca por maneira me sirvo com os soldados da deserção simples e espero não me desaprová esse Serviço que voluntariamente me offereço a prestar a minha nação, que será feito sem comprometimento algum, mas sim com surpresa, que por violencia, não se pode fazer nada e menos com tropa, porque

¹⁰⁹ Palavras que não consegui identificar.

¹¹⁰ Nome não identificado por mim.

¹¹¹ Não fica claro qual era o cargo do tal capitão Thomas D. Talvez a menção de que era diretor das colônias francesas queira dizer das colônias agrícolas.

¹¹² Trata-se da Colônia Militar Pedro II, no rio Araguari.

quase todos os habitantes d'esse logar sam homens comprometidos por diversos crimes, e por isso elles todos suspeitam e mettem-se por esses matos, e logo que chega qualquer individuo tratam de prever seus espias e não aparecem sem saberem o resultado e os fins a que vem. Tenho portanto concluido o quanto se me offerece por ora a communicar a V. Exc., e fico esperando a approvaçãõ do expedido.

Rogo mais a V. Ex. Algum segredo no que já levo dito a V. Ex., por quanto nessa cidade há pessoas que tem aqui soldados desertores em seus serviços e que correspondem com elles, tanto que sabem de qualquer cousa mandam dar avisos, em ocasião mais oportuna remetterei a V. Ex. algumas cartas vinda d'essa cidade de alguns negociantes, que dam os avisos para esse logar; (...)

Relaçãõ nominal dos desertores existentes no rio Amapá

3º Batalhão de artilharia a pé

cabos	{	Julião de Barros
		João Amaro
		Manoel de Christo
soldados	{	Isido Antonio
		Remigio Antonio
		José Antonio
		Zepherino Antonio do Espirito Santo

Policia provincial

soldados	{	Manoel Joquim
		Euzebio de Tal
		João da Piedade

Imperiais Marinheiros

tenentes	{	Manuel Felix
		João Guará
		Cypriano Antonio
		Florianio Antonio

Amapá 9 de Junho de 1856

João da Cunha e Silva Pinheiro ¹¹³

¹¹³ Cópia da carta de Pinheiro, escrita por Joaquim José de Assis, secretário de Governo. AHI, lata 243, maço 4, pasta 3. Cayenne. Consulado. Ofícios, 1855-1858.

A resposta do ministro dos Negócios Estrangeiros ao presidente da Província do Pará, Henrique de Beaupaire Rohan, dando-lhe instruções de como proceder dali para a frente, é um excelente documento comprobativo das atuações dos vários atores na região do Contestado, bem como das redes sociais construídas por eles, de seus contatos interétnicos e de suas relações com os representantes estatais.

Rio de Janeiro. Ministério dos Negocios Estrangeiros, em 24 de Janeiro de 1857
M.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Recebi communicações do nosso Consul em Cayenna, das quaes nesta ocasião dou officialmente conhecimento V. Ex.a , a respeito de João da Cunha e Silva Pinheiro, que, como V. Ex. sabe, foi ao territorio contestado do Amapá para prender alguns escravos que supunha alli asilados.

Esse individuo foi preso pelos Indios, e conduzido à presença do Governador de Cayenna, que assim foi informado da correspondencia trocada entre V. Ex. e o mesmo Pinheiro. O nosso Consul procurou explicar o facto do melhor possivel, segundo as communicações que tinha dessa Presidencia, e deste Ministerio, mas não destruiu de certo a impressão que o cazo devêra produzir no mínimo prevenido (sic) ao mesmo Governador.

A prisão de Pinheiro, para qual chamo particular attenção de V. Ex., me faz recear que não passe despercebido o reconhecimento que o Governo Imperial determinou que fizesse n'aquella Costa a partir do Araguay. E como os esclarecimentos que por esse meio (...) ¹¹⁴ são necessarios, recommendo a V. Ex.a que dê as mais solícitas e previdentes instruções para que os Officiaes encarregados de tão (...) as executem com rapidez, e por modo que, ainda quando descoberto pelos espiões de Cayenna, se possa explicar como acto de curiosidade scientifica dos ditos officiaes, inteiramente innocente e não autorizado pelo Governo Imperial.

O antecessor de V. Ex. recebeu offerecimentos do Chefe dos Indios do Amapá, de nome Remígio, e seguindo essa tradição conviria contentar de alguma sorte aquelle individuo afim de que não vá denunciar a presença de nossos officiaes n'aquellas paragens. V. Ex. pode melhor do que eu reconhecer se Remígio nos pode ou não ser util em tais circumstancias, e como angarial-o para esse fim. ¹¹⁵
(...)

Podemos notar primeiramente que o governo brasileiro, assim como o francês, não respeitava a neutralidade da imensa área em litígio, dando ordens a oficiais para que fizessem às escondidas o reconhecimento da costa do território a partir do rio Araguari. ¹¹⁶

¹¹⁴ (...) locais onde o documento se encontra rasurado.

¹¹⁵ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Série: 13, Officios da Comissão de Limites, Ano: 1850-1859, caixa 148.

¹¹⁶ Segundo Reis, entre 1855 e 1856, o visconde de Uruguai e o plenipotenciário francês, barão His de Buteval, realizaram quinze conferências para tentar resolver a demarcação da fronteira, mas sem resultado. Em 1857, ficou acertado entre eles que uma comissão mista franco-brasileira faria o reconhecimento das águas que banhavam a área do território neutro. O Brasil nomeou o capitão-tenente José da Costa Azevedo, mais tarde Barão de Ladário, para o trabalho e a França, o tenente Carpentier, que nunca compareceu para efetuar o reconhecimento. (Reis. *Território do Amapá*; p. 94). Já Ladário fez o levantamento de todos os cursos de água

Com o conhecimento e o consentimento do presidente da província, um brasileiro penetrava ilegalmente no território, à procura de escravos fugidos. Indígenas, colaboradores dos franceses e cúmplices dos negros fugidos do Brasil, impediram sua busca e reescravização por parte de um brasileiro. Como as autoridades francesas não tinham o direito de prender um cidadão brasileiro em território neutro, delegaram essa incumbência aos indígenas que, depois de prender o tal Pinheiro, o levaram à presença do governador de Caiena.¹¹⁷ O ministro de Estado do Brasil solicitava ao presidente da província convencer o chefe dos índios a colaborar com os brasileiros ou, pelo menos, a não denunciar sua presença na área. A troca de presentes ou outras formas de satisfazer o chefe dos índios do Amapá, prática antiga entre europeus e indígenas, parecia ainda válida e questionava a cumplicidade ou aliança dos indígenas com os franceses, como o próprio Remígio deixou claro em sua carta. Havia a possibilidade real de se alterar essa cumplicidade, criando outra, entre os mesmos indígenas e os brasileiros. Como assinala Grimson, do ponto de vista sócio-cultural a região fronteira é um produto histórico da ação humana e tem como característica os movimentos materiais e simbólicos que a transpassam, incluindo relações econômicas, políticas, sociais e culturais.¹¹⁸ A fronteira assume assim diferentes sentidos para seus sujeitos ou grupos sociais e é esse aspecto de fronteirização que permite, em diferentes contextos, que as diversas relações e alianças entre os vários grupos se produzam, se recriem e se reatualizem, podendo até mesmo assumir, em certos momentos, características incoerentes, impossíveis ou mesmo opostas.¹¹⁹ A carta de Paranhos não nos explica tudo, mas nos permite visualizar a complexa trama social e política que envolvia tanto os habitantes da região entre si quanto suas relações com os respectivos governos, que, por sua vez, estavam sujeitos à dinâmica dos moradores do Contestado e aos tratados internacionais. Demonstra também que Remígio Antonio desfrutava de legitimidade perante os governos imperiais e era um parceiro indispensável nas negociações.

que banhavam a zona de litígio (Jorge, A. Rio Branco e as fronteiras do Brasil. Uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: 1999; p. 65). Segundo Carlos Romani, baseado na documentação de Duarte da Ponte Ribeiro, a história, porém, parece ter sido um pouco diferente: em 1857, a missão de Carpentier não esperou a chegada do capitão-tenente José da Costa Azevedo a Caiena e, alegando que a missão brasileira estava atrasada, partiu para realizar o trabalho de reconhecimento da região sem a contraparte brasileira (Romani. *Aqui começa o Brasil*; p. 36). A carta de José Paranhos deixa claro que, apesar dos acordos diplomáticos entre os dois países, cada um continuava fazendo, a seu modo, reconhecimentos e demarcações do território. Interessantes os conselhos dados por Paranhos ao cônsul, caso a presença dos oficiais fosse descoberta: ela deveria passar por curiosidade científica dos próprios oficiais, sem a autorização do governo imperial. Sobre expedições científicas na região e seus significados políticos, ver: Romani, op. cit., p. 135-136.

¹¹⁷ Na carta do cônsul ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria Paranhos, consta que os índios tapuias prenderam o tal Pinheiro por "insinuação" do governador de Caiena. Segundo o cônsul Frederico de Abrantes, o próprio governador lhe havia confirmado isso (carta de 4 de novembro de 1856).

¹¹⁸ Grimson, A. *La nación em sus limites. Contrabandistas y exiliados em la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: 2003; p. 43.

¹¹⁹ Grimson, op. cit., p. 25; Flores, M. T. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre: 2007; p. 40.

V. 3. Assassinato no lago Itaúbal e a guarda de Remígio

O caso de João Pinheiro rendeu mais algumas correspondências diplomáticas que não exporemos aqui, pois, apesar de interessantes, não acrescentam muito mais sobre o nosso personagem. Em compensação, outro episódio, um assassinato, ocorrido no dia 30 de novembro de 1860, entre 20 e 22 horas, no lago Itaúbal, continuação do lago Amapá, envolvendo pescadores da região, nos fornece mais alguns dados importantes. Não é possível descrever aqui detalhadamente os acontecimentos, mas, segundo ofício escrito pelo cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos,¹²⁰ travou-se primeiro uma briga entre José da Cruz e Floriano Antonio,¹²¹ da qual este saiu ferido, por haver aquele tratado grosseiramente Ana Rita, esposa do segundo. Receoso, José da Cruz se escondeu no mato e, mais tarde, considerando o ambiente calmo, aproximou-se da barraca onde se encontrava o ferido. Nesse momento foi acertado por um tiro disparado por João Salles, que o esperava. Ferido e caído ao chão, foi ainda espancado por Salles e acabou falecendo. Salles fugiu para Caiena, mas, após um mês, regressou ao Amapá, quando foi imediatamente preso por ordem de Remígio Antonio. O Principal fez entroncar João Salles e Floriano Antonio e os remeteu ao governador da Guiana. Para isso e para guardar os presos, armou uma escolta composta por sete indivíduos, dos quais dois eram desertores e um, escravo fugido.

Junto ao ofício do cônsul segue a lista dos presos, das testemunhas, do patrão da canoa e dos indivíduos da escolta, redigida por João Wilkens de Mattos.¹²² Os dois presos, João Salles e Floriano Antonio, eram desertores da Armada Nacional e Imperial; consta que das três testemunhas, Elias Caetano do Carmo, Manoel Antonio de Souza e José Manoel Gomes, o segundo era desertor do 3º Batalhão da Artilharia a pé; o patrão da canoa, Manoel Antonio, era escravo fugido, assim como Gregorio, um dos sete membros da escolta, composta ainda pelo cabo Joaquim Manoel Gonçalves Gomes, desertor do 3º Batalhão da Artilharia a pé, por Manoel Felix, desertor da Armada Nacional e Imperial, e João Valente, Prudencio Francisco Xavier, Alexandre Manoel dos Passos e Francelino G. F. da Silva.¹²³ Dos 13 homens que constam nessa lista, dois eram escravos fugidos e cinco, desertores, estando todos a serviço do Principal. Para os demais, o cônsul provavelmente

¹²⁰ Ofício do cônsul geral do Brasil em Caiena, de 19 de março de 1861, dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansão de Sinibú. AHI, lata 243, maço 4, pasta 4. Guiana Francesa, Consulado 1859-1861.

¹²¹ Na relação nominal apresentada por João Pinheiro, consta o nome do tenente Floriano Antonio, desertor da Marinha de Guerra Brasileira, chamada durante o Império de Armada Nacional.

¹²² Anexo B ao Ofício nº 15, de 19 de março de 1861, dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansão de Sinibú. AHI, lata 243, maço 4, pasta 4. Guiana Francesa, Consulado, 1859-1861.

¹²³ Havia uma forte resistência dos indivíduos aos recrutamentos tanto para o Exército quanto para a Marinha imperiais e, na década de 1840, o governo imperial viu na população indígena (tapuia) do Grão-Pará um reservatório de marinheiros, já que, no seu entender, os indígenas tinham propensão e aptidão para a vida no mar. Medeiros, op. cit., p. 236.

não dispunha de informações precisas. Temos aqui uma amostra dos membros masculinos da sociedade do Amapá e dos indivíduos que ajudavam Remígio. Eram eles os responsáveis pela ordem local e, sendo considerados foras da lei pelas autoridades brasileiras, era óbvio que preferissem manter contato e negociar com a justiça francesa. Como enviar uma escolta para Belém formada por escravos fugidos e praças desertores do Exército ou da Marinha? Seriam certamente presos juntamente com os dois criminosos. Por outro lado, nota-se que esses homens possuíam um entendimento próprio do que era a justiça. Não se consideravam criminosos por terem fugido de instituições militares ou se evadido das leis existentes na sociedade escravista brasileira. Não respeitavam as formas de coerção impostas por ela, tendo fugido de um sistema de trabalho que não reconheciam nem aceitavam. Mas não permitiam entre si homens que haviam cometido assassinato, e talvez seja esta a razão de Remígio ter entregue às autoridades os dois soldados que acreditava serem os responsáveis pelo assassinato do tenente Joaquim Bezerra de Albuquerque, comandante da Colônia Militar Pedro II, ou de não ter simplesmente matado João Pinheiro e sim tê-lo enviado ao governador de Caiena, assim como de ter mandado João Salles e Floriano Antonio para serem julgados pela justiça francesa. Desse modo, a descrição da sociedade amapaense feita pelo conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, que fora presidente da província do Pará entre maio de 1848 e maio de 1850, em seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa, não correspondia à realidade:¹²⁴

Pelas margens do Lago Amapá e terras visinhas de Cayenna, a muitos criminosos e desertores, que alí havião, forão pelo mesmo motivo reunir-se foragidos muitos indivíduos, e o mesmo aconteceu por esse archipelago de ilhas, que se espargem pela foz do Amazonas, assim convertidos em ninhos perigosos de malfetores, entregues a uma vida semi-selvagem e embrutecidos, sem religião, sem moral, e sem lei. Por ahi vivem na vida primitiva, regido pela lei do mais forte.

Jerônimo Coelho, assim como a maioria das autoridades brasileiras, insistia no carácter negativo dessa gente que, como malfetores, só podiam ser bárbaros, truculentos e, portanto, inferiores, incapazes de possuírem credo, moral e leis. Porém, como os exemplos acima mencionados querem demonstrar, seus membros não só não eram selvagens como não viviam sem moral e muito menos sem leis. Não eram as leis do Império do Brasil ou a moral da sociedade dominante paraense das quais fugiram, mas sim suas próprias leis, ou melhor, suas próprias normas de conduta que estavam em concordância com os valores morais (re)criados e aceitos pelos membros da comunidade. Eram normas estabelecidas para pessoas livres, de várias procedências e etnias que tinham em comum a não aceitação da sociedade escravocrata, hierárquica e excludente do Brasil. Ademais, não viviam sem religião como veremos a seguir: Remígio negociou durante alguns anos com o governo brasileiro para que fosse enviado um sacerdote ao Amapá e construída uma igreja no local.

¹²⁴ Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

V. 4. O povoado do Amapá reivindica um sacerdote e uma igreja

Em dezembro de 1861, um ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros autorizava o presidente da província do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque, a investir os meios necessário para encontrar um sacerdote para o povoado do Amapá e edificar uma capela no local. Como havia proposto o presidente, o sacerdote poderia ser escolhido por Remígio, mas seria subvencionado pelo Governo Imperial. Além disso, o ministro aprovava a despesa feita por Araújo Brusque com presentes a Remígio e sua família, na tentativa de convencer o Principal das boas intenções do governo e assim “desviá-lo de suas antigas relações com Caiena”.¹²⁵ Em setembro de 1862, o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciava que acabava de ser nomeado o capelão e alferes do Exército, Padre Raymundo João de Oliveira, que receberia, além dos respectivos vencimentos, uma gratificação de 100\$000 mensais, pagos pelo próprio Ministério. Além disso, o ministro da Fazenda daria ordens tanto para o pagamento da gratificação quanto para a quantia de 500\$000, a fim de financiar a construção da igreja no vilarejo do Amapá.¹²⁶ As negociações parecem ter-se estendido por alguns anos, já que, segundo outro ofício, a capela só começaria a ser construída em 1864 e até aquele ano o sacerdote ainda não havia chegado ao Amapá, apesar de nomeado.¹²⁷

Pela documentação disponível, supõe-se que não era fácil encontrar um sacerdote que quisesse ir para algum ponto do território contestado ou que tivesse os requisitos desejados pelo governo. De acordo com as palavras do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, o padre deveria ter a capacidade de se “insinuar no ânimo” do Principal e dos outros moradores do Amapá, já que depois seria um instrumento ativo para a captura dos escravos fugidos que ali aparecessem. Na opinião do cônsul, o Principal acabaria achando na captura de escravos um negócio muito mais rendoso do que nas atividades que exercia até então como vendedor de peixe salgado. Explicava ainda que os donos de escravos fugidos que tivessem seus escravos capturados não deveriam hesitar em pagar, por cada um, de 150 a 200\$ reis, pois, se esses escravos não fossem capturados no Amapá, território neutro, onde não adquiriam legalmente sua liberdade, passariam rapidamente para o território da Guiana, onde eram protegidos pela Lei de 24 de abril de 1848. Esta lei estabelecia para todas as colônias francesas o princípio de que o solo da França liberta o escravo que o pisa. Portanto, uma vez na Guiana, os escravos fugidos se tornariam pessoas

¹²⁵ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios dos Ministérios dos Negócios do Império e do Estrangeiro. Ano: 1860-64, caixa 232. Ofício de 5 de dezembro de 1861.

¹²⁶ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios dos Ministérios dos Negócios do Império e do Estrangeiro. Ano: 1860-64, caixa 232. Ofício de 30 de setembro de 1862.

¹²⁷ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios dos Ministérios dos Negócios do Império e do Estrangeiro. Ano: 1860-64, caixa 232. Ofício de 18 de fevereiro de 1864.

livres. Além disso, as capturas feitas por Remígio a seu modo não trariam nenhuma complicação às autoridades do Império, visto que não teriam nem poderiam ter intervenção direta por parte do governo. O cônsul lembrava ainda que, apesar do governo francês também não poder exercer jurisdição no Contestado, o fazia indiretamente, através tanto de presentes oferecidos a Remígio como do cargo fictício de capitão que as autoridades francesas lhe haviam dado, bem como de outros recursos, tais como armamentos e munições.¹²⁸ Daí, segundo João Wilkens de Mattos, a importância de um sacerdote para “influenciar” Remígio a trabalhar para os proprietários de escravos do Pará. Por sua vez, para os moradores do Amapá, como, por exemplo, um cunhado e um primo de Remígio que haviam ido até Caiena para batizar seus filhos, um sacerdote facilitaria a vida, diminuiria o trabalho com a viagem e, segundo o cônsul, os riscos que se impunham.¹²⁹ Assim, Remígio pedia um sacerdote para exercer os serviços religioso e as autoridades do Brasil, embora com outras intenções, se dispunham a arcar com as despesas do cargo.

Mark Harris chama a atenção para a rapidez com que o catolicismo se tornou popular na Amazônia através da atuação dos missionários até meados do século XVIII. Os descendentes da miscigenação entre africanos, ameríndios e europeus nasciam em um mundo dominado pela Coroa Portuguesa e pela Igreja católica. O catolicismo, porém, se adaptou à Amazônia, tornou-se um catolicismo popular, com a presença forte das experiências de vida da população local, com suas crenças e práticas xamânicas. Durante o século XIX até a proclamação da República, em 1889, a Igreja foi uma instituição fraca na Amazônia e o xamanismo floresceu como religião popular. Formada por pessoas em sua maioria provenientes do Pará, a comunidade do Amapá era católica, mas, como salienta Harris, dentro de condições específicas transformou o catolicismo imposto pelos portugueses e, combinando-o com outras tradições, reinventou-o.¹³⁰ Da mesma forma que o xamanismo e a pajelança, também o catolicismo fazia parte da vida dessa população, e o Principal, como representante da comunidade, reivindicava um sacerdote e a construção de uma igreja no vilarejo, ambos financiados pelo governo. Remígio negociou durante muito tempo com as autoridades paraenses para ver se conseguiria satisfazer os desejos da comunidade. Infelizmente não fica claro o que conseguira das autoridades brasileiras, mas, conforme o relatório de Prosper Chaton, no início do ano de 1869 os moradores estavam terminando a construção da igreja e, por intermédio dele, pediam ao governador da Guiana um padre para o distrito e a permissão para que o sacerdote do Oiapoque fosse até a vila do Amapá benzer a nova capela, que deveria ficar pronta na Páscoa.¹³¹ Fica claro,

¹²⁸ Cópia da carta do cônsul junto ao ofício do presidente do Pará, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, ao ministro dos Negócios do Estrangeiro, 10 de maio de 1860. AHI, Ofícios do Governo do Pará, 308/4/4, 1857-1862.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Harris, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: Adams, Murrieta, Neves (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: 2006; p. 81-108.

¹³¹ ANOM. FM, SG, Guy 34, D2 (12).

então, que o governo do Brasil não havia ainda cumprido sua promessa pois, em 1869, a comunidade continuava desprovida de um religioso. No entanto, o Principal não deixou suas atividades para se dedicar à captura de escravos, como previa o cônsul e desejavam os proprietários paraenses. Neste ponto, João Wilkens de Mattos não só foi ingênuo, como mostrou desconhecer a realidade da sociedade local. Pedia a Remígio que entregasse colegas, amigos e, quem sabe, até familiares. Em suma, que ele traisse o seu projeto de vida e o de sua comunidade em troca de dinheiro.

VI. O que sabemos sobre Remígio Antonio?

O cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, escrevia ao presidente da província do Pará, em 1855, que no Amapá¹³² havia um chefe de índios nomeado pela administração da colônia francesa e que mantinha correspondência oficial com as autoridades coloniais.¹³³ O mesmo cônsul informava em outro ofício que o Principal dos índios tinha munições e armamentos fornecidos pelo governo de Caiena.¹³⁴ Além do que consta neste documento, sabemos que Remígio era um indígena e chefe de índios de uma comunidade “mestiça”, conforme a carta dos irmãos Pedro Alexandre e Vitorino Leal de Moraes, habitantes do Amapá desde 1842.¹³⁵ Segundo João da Cunha e Silva Pinheiro, além de indígena Remígio era soldado desertor do 3º Batalhão de Artilharia a pé,¹³⁶ fato também assinalado, em ofício de 1860, pelo cônsul João Wilkens de Mattos. O cônsul esclarece ainda que, juntamente com mais dois outros desertores, Manoel Vicente e Nicolau, Remígio se dirigia todos os anos a Belém, para levar peixe salgado ao comerciante Antonio Gomes de Oliveira, que possuía uma casa de comércio junto à Doca do Reduto. Segundo os informes do cônsul, Oliveira era o “correspondente” dos três desertores que, durante a estadia na cidade, conservavam-se reclusos em sua casa. Na volta ao Amapá, Remígio e os outros dois levavam consigo os gêneros alimentícios de que necessitavam, fornecidos pelo comerciante. O cônsul chamava ainda a atenção para o fato de Remígio e os outros dois desertores todas as vezes que iam a Belém seduzirem e levarem para o Amapá praças do Exército ou da Armada, além de escravos.¹³⁷ Fora através desse mesmo

¹³² Não fica claro no documento qual era a região denominada Amapá. Se abarcava todo o território contestado, isto é, do rio Oiapoque ao rio Araguari, ou apenas a área na altura dos lagos ou entre os rios Calçoene e Tartarugal. O próprio Remígio explicou ao presidente do Pará, em 1864, que não exercia autoridade em Cunani e Cacioporé. Portanto, não era o Principal de todo o território contestado.

¹³³ Ofício do cônsul geral do Brasil em Caiena, de 5 de julho de 1855, dirigido à presidência da província do Pará em 27 de novembro de 1855. APEP, Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Série: Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ano: 1850-1859, caixa 147.

¹³⁴ Consulado Geral do Brasil, Caiena, 4 de novembro de 1856. APEP, Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ano: 1850-1859, caixa 147.

¹³⁵ AHI, lata 243, maço 4, pasta 3. Guiana Francesa. Consulado, 1855-1858. Raramente nos documentos dessa época era mencionado o grupo étnico dos nativos. Quando muito, estes eram chamados de tapuias.

¹³⁶ 9 de junho de 1856, AHI, lata 243, maço 4, pasta 3. Guiana Francesa. Consulado, 1855-1858.

¹³⁷ Ofício do cônsul geral do Brasil em Caiena, de 3 de janeiro de 1860, dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansão de Sinibú. AHI, lata 243, maço 4, pasta 4. Guiana Francesa. Consulado, 1859-1861.

comerciante português que o presidente da província, Rego Barros, havia conseguido se comunicar com Remígio, em 1856, para o envio dos dois soldados desertores da Colônia Militar Pedro II. No mesmo ano, através do governador da Guiana, Auguste Boudin, sabemos que Remígio e outros moradores do Amapá também se dirigiam regularmente a Caiena para comercializar peixe salgado.¹³⁸

Assim sendo, além de ser o Capitão Principal dos índios do Amapá, Remígio era um indígena, soldado desertor do 3º Batalhão de Artilharia a pé, que vendia peixe salgado tanto em Belém, através de um comerciante local, como em Caiena, onde tinha livre acesso. Estava, por conseguinte, inserido à economia regional (e internacional) através de um comerciante estabelecido em Belém. Abastecia de peixe salgado o estabelecimento de Oliveira e, em troca, recebia os gêneros de que necessitava. Talvez fosse um intermediário dos moradores do Amapá, que, com sua canoa, percorria pequenos rios, fugindo, por ser um desertor, do controle das autoridades de Belém, a fim de poder entregar a mercadoria a um estabelecimento comercial na cidade. Na volta, transportava o que os moradores locais careciam para o seu sustento. Além disso, aproveitava sua ida a Belém para seduzir os soldados a desertarem e os escravos a fugirem, facilitando assim sua evasão. Não devia ser nada difícil convencer os soldados a fugirem, pois, como se sabe, o serviço militar era, na época, socialmente depreciativo e só os indivíduos que não tinham função econômica reconhecida pelas autoridades eram convocados ou recrutados à força para as tropas. Recrutavam-se soldados entre os considerados desocupados e vagabundos, os negros libertos ou os escravos cedidos por seus proprietários.¹³⁹ De Belém, os novos “fujões” eram guiados pelos três homens até o Amapá, não precisando, assim, se preocupar com a rota nem com seu destino. Eram conduzidos pelo Principal, que se responsabilizava por eles, e inicialmente, através de sua mediação, dispunham de todo o apoio da pequena comunidade. Por outro lado, ajudar a fuga desses homens não era só uma maneira de libertá-los, mas também de aumentar o número de moradores da incipiente comunidade amapaense. Era a mesma lógica das autoridades portuguesas no período colonial e das brasileiras durante o Império: povoar para dominar ou povoar para não perder.

Se Remígio era um soldado desertor, ao fugir para a região dos lagos do Amapá, foi obrigado a procurar novas alternativas para sobreviver, moldando sua nova vida à realidade do Contestado. Sendo indígena, circular pelos igarapés ou rios maiores fazia parte de seu mundo. Por alguma razão, conhecia o tal comerciante em Belém e, como soldado do 3º Batalhão de Artilharia a pé, certamente teria vivido na cidade antes de fugir para o Amapá. Escolheu como nova atividade a de produtor e comerciante de peixe salgado, atividade da maioria da população ribeirinha, isto é, dos habitantes residentes à beira dos rios e lagos

¹³⁸ ANOM. FM, SG, GUY 34, Dossier D2 (09). Ofício de 19 junho de 1856.

¹³⁹ Medeiros. *Incompreensível Colosso*, p. 226.

amazônico e dos próprios indígenas. Interessante é que, em 1862, no ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ministro informava que o Ministério da Fazenda iria liberar a soma de 400\$000 anuais pedida pelo presidente da província¹⁴⁰ para gratificar a tripulação das canoas de Remígio que levasse gêneros alimentícios ao mercado do Belém.¹⁴¹

Ao estudar as comunidades mocambeiras do Trombetas, Eurípides Funes chama a atenção para o fato dos mocambeiros não comprometerem a economia local. Ao contrário, abasteciam com seus excedentes o mercado, indo ao encontro dos interesses dos comerciantes locais.¹⁴² O mesmo se dava no caso do território contestado. Em Belém, certamente, havia demanda para os gêneros alimentícios comercializados por Remígio e seus companheiros. Mesmo que a verba destinada ao Principal e aos outros dois homens tivesse como objetivo ganhar sua confiança ou incentivá-los a manter relações comerciais mais intensas com o Pará e menos com Caiena, não deixa de ser significativa a subvenção paga ao Principal pelo Ministério da Fazenda do Império.

Remígio chegou a ter relação pessoal com autoridades paraenses. Com o intuito de diminuir a influência francesa no Contestado e, por outro lado, recuperar a autoridade de Remígio em Cunani e Caciporé, em 1864 o presidente do Pará convidou o Capitão Principal para uma audiência em Belém.¹⁴³ Nessa ocasião, o Principal mostrou querer colaborar com o governo, mas, conforme explicava, não tinha condições de capturar e extraditar os desertores da Colônia Militar Pedro II, pois eles não viviam no Amapá e sim em Cunani e Caciporé, onde ele próprio havia perdido sua autoridade. Pela explicação dada pelo presidente do Pará, que afirmava tê-las recebido do próprio Remígio, os moradores de Cunani e Caciporé estavam sendo influenciados por um francês de nome Chaton para não aceitarem mais a autoridade do Principal. Prosper Chaton havia residido em Belém, onde possuía uma oficina de relojoeiro e exercera por algum tempo as funções de cônsul da França. Após retirar-se para Caiena, estabeleceu relações comerciais com os habitantes de Cunani. Com o intuito de restaurar a influência de Remígio em todo o Contestado, conta o presidente da província que resolveu colocar a serviço do Principal dois homens inteligentes, seus agregados, que deveriam ser enviados um para Cunani e outro para Caciporé. Seriam seus inspetores, encarregados de neutralizar as táticas empregadas por Chaton para rebelar os habitantes contra Remígio. Um dos homens, Antonio Gonçalves da

¹⁴⁰ Ofício de Francisco Carlos de Araujo Brusque, presidente do Pará, 7 de agosto de 1862. AHI, 308/4/4 Governo do Pará, Ofícios, 1863-1869.

¹⁴¹ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios dos Ministérios dos Negócios do Império e do Estrangeiro. Ano: 1860-64, caixa 232. Ofício de 30 de setembro de 1862.

¹⁴² Funes, E. Comunidades Mocambeiras do Trombetas. In: Grupioni e Abdrade (org.). *Entre Águas Bravas e Mansas, Índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: 2015; p. 31. Sobre a integração dos quilombos na economia regional, ver: Acevedo e Castro, op. cit., p. 107-114.

¹⁴³ Ofício do presidente da província do Pará ao Ministério dos Negócios do Estrangeiro, 20 de janeiro de 1864. AHI, 308/4/5, Governo do Pará, Ofícios, 1863-1869.

Trindade,¹⁴⁴ já havia partido com o Principal. O presidente do Pará o conhecia e, como sabia que este sujeito desejava terras na local, dissera-lhe que poderia estar certo de que ali teria a permissão para tomar posse da extensão que desejasse. O outro homem, que seria enviado a Remígio, era um sargento do corpo policial, que tinha parentes no Cunani e desempenharia a missão com habilidade e segurança. O presidente estava convencido de que poderia contar com a lealdade de Remígio para diminuir a influência de Caiena nessas paragens ou, como escreveu em sua carta: “estabelecer e consolidar a legítima influência do Brasil sobre a população do território contestado do Amapá”.¹⁴⁵ Nesta mesma carta, datada de 7 de junho, o presidente ressaltava que, apesar das boas intenções de Remígio a favor do Império, não se devia, todavia, acreditar que ele não se entendesse também e do “mesmo modo com as autoridades francesas, segundo as suas conveniências particulares”.¹⁴⁶

Sabemos ainda que Remígio Antonio era cristão, pois desejara no início dos anos de 1860, como foi visto, que o governo brasileiro enviasse um padre para o Amapá e que fosse erigida uma igreja no local. A construção de uma igreja e a presença de um padre no lugarejo, ambos projetos que deveriam ser financiados pelo governo brasileiro, deviam ter, além do religioso, um significado especial tanto para Remígio quanto para a comunidade. Uma igreja pressupõe a existência de uma comunidade organizada espacialmente, com uma estrutura política e de liderança, responsável por sua manutenção. No Brasil imperial, não havia separação entre Igreja e Estado. Mesmo assim, a população parecia não ver a figura do padre como sendo um representante do Estado controlador. Ser batizado, casar ou ser sepultado fazia parte da vida do ser social e só com a presença de um sacerdote esses serviços poderiam ser prestados. A presença de um religioso em uma comunidade formada, em sua maioria, por pessoas consideradas marginais podia também significar, por parte das autoridades, o reconhecimento de sua existência como tal, ou seja, a legitimação de uma organização social outra que a escravista, dominante no Brasil.¹⁴⁷ Para o governo imperial, a preocupação em enviar um sacerdote para o Amapá estava ligada a marcar presença do Estado brasileiro no Contestado. O sacerdote teria como missão primordial influenciar a população para que esta optasse por ser “brasileira”. As crianças seriam batizadas por um funcionário brasileiro, seriam registradas por um brasileiro e teriam nomes brasileiros. Como meio de assegurar o território contestado para o Brasil através do *uti*

¹⁴⁴ No relatório escrito por Chaton em 1869, o autor menciona ter encontrado o tenente Trindade quando de sua viagem pelo *quartier* do Amapá. O tenente Trindade residia nas imediações do lago Pequeno Tartarugal, como ele mesmo contou a Chaton. ANOM, FM, SG, Guy 34, Dossier 2 (12), Secret n° 1165. Remígio não teve sua autoridade restabelecida em Cunani, que continuou sob a influência de Chaton e, mais tarde, de outros franceses.

¹⁴⁵ Ofício do presidente da província do Pará ao Ministério dos Negócios do Estrangeiro, 7 de junho de 1864. AHI, 308/4/5, Governo do Pará, Ofícios, 1863-1869.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ Conforme os documentos e relatos de Coudreau, a comunidade da região do rio Amapá era formada por escravos, indígenas e soldados fugidos do Pará.

possidetis, o Estado aceitara a liberdade conquistada pelos moradores da comunidade do Amapá, vistos até então como malfeitores e criminosos.

Remígio foi o Principal dos índios do Amapá durante vários anos e, pelos documentos que encontrei até o momento, exerceu suas funções entre 1850 e 1866.¹⁴⁸ Apenas João Pinheiro e o cônsul do Brasil João Wilkens de Mattos fizeram menção de que o Principal era um soldado desertor. O silêncio dos demais, mesmo do cônsul Frederico Magno de Abranches, que muito escreveu sobre Remígio, se deve talvez à ignorância do fato ou, quem sabe, a uma atitude proposital, já que, para as autoridades brasileiras, ele era muito mais útil como Principal nessa região do que como desertor preso em Belém. Para o governador da Guiana, Auguste Boudin, Remígio era um homem honesto e podia ser considerado superior aos demais habitantes daquela parte do território, já que era educado, o que provavelmente significa que era alfabetizado e podia se comunicar por escrito com as autoridades francesas.¹⁴⁹

A lista nominal da escolta que Remígio enviara para acompanhar os dois prisioneiros até Caiena nos fornece uma amostra da composição social da comunidade do Amapá: mocambeiros, desertores brancos, mestiços e tapuias, além de indígenas, vivendo juntos em um mesmo espaço e trocando seus conhecimentos para sobreviverem na região. Não muito diferente dos quilombos amazônicos, os negros aprendiam a pescar, caçar e praticar o extrativismo com os indígenas, que, por sua vez, aprendiam as atividades agro-pastoris com os negros fugidos das propriedades rurais.¹⁵⁰ Dependendo de sua proveniência, os soldados desertores aprendiam com ambos e, provavelmente, usavam e passavam a eles seus conhecimentos militares, obtidos nas casernas para garantir a segurança da comunidade e capturar os indivíduos indesejáveis.

A leitura feita pelas autoridades paraenses de que a população ao norte do rio Amazonas estava entregue a uma vida semi-selvagem, sem religião, sem moral e sem lei e que vivia regida pela lei do mais forte parece não corresponder à realidade que os próprios documentos oficiais, escritos pelas mesmas autoridades, demonstram. Seus habitantes aceitavam a religião oficial católica, batizavam seus filhos, mesmo que para isto procurassem os religiosos franceses, tinham moral e normas de conduta, pois não admitiam determinados tipos de comportamento como, por exemplo, assassinato, e não reconheciam o sistema escravista. Ademais, tinham um sistema político de escolha de seus chefes.

¹⁴⁸ No relatório de 1869, Chaton refere-se ao Principal, mas sem mencionar seu nome. A meu ver, trata-se aí de Remígio Antonio.

¹⁴⁹ ANOM. FM, SG, GUY 34, Dossier D2 (09). Ofício de 19 de junho de 1856.

¹⁵⁰ Funes, op. cit., p. 25.

Sobre o processo de escolha do chefe no Amapá, o cônsul do Brasil em Caiena explicava:

(...) antigamente costumavam os Governadores de Caiena influir mais ou menos occultamente no território litigioso, até que em 1866 me caiu nas mãos a carta (...) redigida por Mr. Chaton, (...) a Remígio Antonio de Miranda, declarando-lhe em nome do Governador, que as funções que exercia de Principal, passavam dali em diante a ser exercida por um tal Claudino. Presumo que o Governo Imperial reclamou contra este procedimento da autoridade Colonial, porque algum tempo depois ouvi dizer que o Governador havia sido admoestado a este respeito (...). Como quer que seja, a partir d'essa época abandonaram aqueles funcionários a empresa. (...) A eleição por tanto de capitão faz-se hoje tumultuariamente e conforme as sugestões e conveniencias do interessado mais audacioso que excita para esse fim os individuos, mais ou menos numerosos, sobre que exerce alguma influencia. (...) ¹⁵¹

Apesar de Abranches ter uma visão, a meu ver, um tanto quanto destorcida da escolha do Principal, devido à desconfiança existente entre os dois governos e ao seu preconceito em relação à capacidade de participação política da população local, seu comentário não deixa de ser revelador, pois, se por um lado relembra a situação conflituosa, em 1866, envolvendo Remígio, por outro lado menciona que até 1877 o procedimento de escolha do chefe continuava sendo o mesmo.

No trecho acima citado, o cônsul, se referia a um ofício que havia escrito ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em 15 de junho de 1866, explicando a interferência de Chaton no Amapá, tendo como base a própria carta que o francês escrevera a Remígio Antonio. Nesta, Chaton informava a Remígio que as funções de Principal passariam a ser exercidas dali para frente por Claudino ¹⁵² e que ele deveria entregar ao novo Principal as armas e os ferros destinados a prender os criminosos que estavam em seu poder. Além disso, Chaton dizia a Remígio que ele deveria se abster, no futuro, de praticar quaisquer atos de autoridade. O cônsul explicava que fora informado pelo próprio Remígio que se tratava de dez espingardas e de um tronco, no qual era possível prender até cinco pessoas conjuntamente. Remígio, continuava o cônsul, o havia consultado e, perguntado-lhe o que deveria fazer neste caso, respondera-lhe que não reconhecia nem a ele nem a Claudino como *principais* e que, se tais objetos pertenciam ao governo francês, deveria entregá-los a quem se apresentasse competentemente autorizado para recebê-los. O cônsul recomendava a Remígio que não causasse tumulto no Amapá, já que os dois governos – francês e brasileiro – poderiam, de comum acordo, enviar para lá uma força armada para prender os criminosos. Com esta resposta ameaçadora, Remígio partiu (de Caiena) e entregou as armas e o tronco a Claudino. Não concordando, porém, com a nomeação de Claudino pelo

¹⁵¹ Ofício de 6 de dezembro de 1877, escrito por Frederico Magno de Abranches ao conselheiro Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 544, maço 3. 1º Seção nº 2, Reservado.

¹⁵² Não é possível afirmar se se trata do mesmo Claudino que acompanhara Remígio a Caiena em 1856.

Governo francês, a população dividiu-se em dois bandos, sustentando cada um deles seu candidato. Ainda segundo o cônsul, como o bando de Remígio era mais forte do que o de Claudino, este último foi obrigado a se retirar. Ambos os partidos enviaram cartas ao governador e o grupo de Remígio dirigiu ao cônsul uma representação, que ele incluía em seu ofício ao ministro. O cônsul Magno de Abranches esclarecia que não respondera a esta representação por ela não vir assinada e para não dar pretexto ao Governo francês, caso sua resposta caísse nas mãos dos franceses, de querer influir nas causas do território contestado.¹⁵³ Juntamente com o ofício de Magno de Abranches, foram enviadas ao ministro cópias da carta de Chaton, em francês, datada de 5 de março de 1866 e dirigida ao senhor Antonio Remígio Principal, e uma outra, de 30 de maio de 1866, escrita por João Belfort a pedido dos moradores do distrito do Amapá.¹⁵⁴

Além do que já foi dito acima, a carta de Chaton dava como causa da decisão tomada pelo governador de nomear Claudino para o cargo de Principal as queixas constantes que chegavam do Amapá sobre as desordens e os crimes cometidos no local. A proximidade de um povoado, que em pouco tempo poderia se transformar em um antro de malfeitores, era perigosa para a vizinhança, particularmente para as colônias penais estabelecidas com muito esforço na Guiana Francesa.¹⁵⁵ Para evitar consternações futuras, o governador incumbira Chaton de informar a Remígio que havia solicitado a Claudino, residente no Amapá, proteger e velar pela segurança dos franceses que poderiam passar por lá ou que se detivessem no local para exercer a indústria da pesca. Enquanto não havia uma solução desejável para as diferenças existentes entre os governos do Brasil e da França, Claudino poderia prender e entregar à justiça de Caiena ou do Pará todos os indivíduos culpados de crime ou de delito, trazendo assim tranquilidade para os habitantes do *quartier*. Seguiam então as ordens para que Remígio entregasse as armas que, em 1856, lhe haviam sido confiadas para sua própria segurança, bem como os ferros destinados a prender os delituosos. Remígio ficava proibido de exercer qualquer autoridade judicial no local, cabendo isto, doravante, aos tribunais de Caiena e do Pará. Segundo a carta de Chaton, esta proibição já havia sido feita anteriormente a Remígio,¹⁵⁶ mas, como exposto em vários documentos, sua autoridade teria sido até então não a de julgar, mas sim a de prender e

¹⁵³ Ofício de Frederico de Abranches ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6; Consulado do Brasil em Cayenne, 15 de junho de 1866, N° 454.

¹⁵⁴ Cópia da carta dos moradores do distrito do Amapá, 30 de maio de 1866. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6. Conforme o relatório de Chaton de 1869, João Belfort era genro de Maciel, grande criador de gado no Apurema.

¹⁵⁵ Chamadas em francês de *bagnes*. Em 1852, por ordem de Louis Napoleão, foram criadas colônias penais na Guiana para receber os deportados da França, que eram obrigados, para sua socialização, a realizar serviços forçados. Entre 1852 e 1867 foram enviados para a Guiana 18.000 presos. No final de 1867, restavam apenas 6493 homens e 230 mulheres. Dos outros, 7626 faleceram, 995 fugiram e cerca de 2000 foram repatriados. No total, foram construídas 41 colônias penais na Guiana. Na região do Oiapoque havia a colônia de Montagne d'Argent e a de Saint Jorge. Schwarzbeck, F. *Französisch-Guayana. Die letzte kontinentale Überseebesitzung in Lateinamerika*. Heidelberg: 1982; p.83-88.

¹⁵⁶ Cópia da carta de Chaton a Remígio Antonio. Caiena, 5 de março de 1866. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6.

enviar os criminosos para um dos dois Estados. Até então, cabia a Remígio decidir quem seria preso e enviado. Fica claro que as intenções de Chaton eram bem outras. Ele já gozava de um certo controle sobre Cunani e objetivava agora, através de Claudino, exercer influência no Amapá.¹⁵⁷

A meu ver, a carta datada de 30 de maio de 1866 e destinada ao cônsul do Brasil a pedido dos moradores do distrito do Amapá merece ser reproduzida na íntegra, pois deixa clara a luta da comunidade para manter a liberdade de escolha de seus capitães, além de ser um parecer da comunidade sobre Remígio.¹⁵⁸

Illmo Sr. Frederico Magno de Abranches, Consul do Brasil.

Amapá, 30 de Maio de 1866.

Fazemos esta chegar ao conhecimento de V. S^a. que chegou a este Destrito o Sr. Claudino mandado pelo Exmo Sr. Governador d'essa cidade para tomar posse do cargo que estava exercendo o Sr. Capitão Principal Remigio Antonio de Miranda, sem se saber quaes sejam os motivos que o Sr. Governador tenha para assim ser excluido do seo emprego o dito Sr. Remigio, se caso o Sr. Remigio tivesse sido máo ou tivesse dado motivo para ser escluido, nós teriamos o cuidado de representar ao Exmo Sr. Governador; mais que athé esta data tem sido carinhoso recebendo a todos que cá chegão como filhos, ou comprindo com o seu dever. E tambem fazemos ver V. S^a que o Sr. Claudino, não hé pessoa suficiente para exercer este emprego, visto que nós já temos algumas rasoens de queixar-nos contra elle, sendo ellas estas que aqui vão relatadas. Que haverá dez ou doze annos que elle por cá veio, e foi origem de hum grandissimo roubo que aqui houve; trazendo elle um homem de Cayena, ou d'onde quer que fosse, o fez passar por hum Commissario do interior Francez, que ia seguindo para a Provincia do Pará levar officios do Exmo Sr. Governador, d'essa cidade, e que por cá havia tornar a voltar, e se nós quizesse dar os nossos generos para elle vender, e trazer-nos o producto, que elle levava, nós ignorantes assim fizemos, e por fim de contas, hera um Deporteur, que hia refugiado, e assim fiquemos sem o fruto de nosso trabalho, todo isto cazado (sic) pelo Sr. Claudino, e o dito homem assim se foi sem o mais minimo embargo em seo passo.

E nós trazendo à memória o passado, e sabendo-se que elle vem aqui unicamente para fazer vontades alheias e querer governar aforçadamente contra a vontade nossa; chegamos no ponto de cometer partido, he que nós não o quizemos aceitar, por isso rogamos a V. S^a haja dar todas as providencias necessarias para que não seja escluido do cargo o capitão Remigio, e encarregamos o Sr. João Belfort para informar a V. S^a o melhor possivel, de cuja graça – Esperamos R. M.^{ce} (...)

Através desta carta, os moradores pediam ajuda ao cônsul para que não lhes fosse imposto o tal Claudino, pessoa conhecida no local e que não despertava confiança. Além de ter

¹⁵⁷ ANOM. FM, SG, Guy 34, Dossier 2 (12), Secret, N° 1165. Relatório de 26 de março de 1869.

¹⁵⁸ Cópia da carta dos moradores do Amapá, 30 de maio de 1866. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6.

introduzido no Amapá um desertor, que, dizendo ser comissário francês, roubara alguns moradores, Claudino, segundo a carta, não era pessoa apropriada para exercer o cargo de Capitão Principal. Os moradores tinham plena consciência de quem desejavam para o cargo e quais eram os critérios por eles exigidos: carinhoso, bom, ser como um pai para todos que ali chegassem e cumprir com seus deveres, tais como defender os interesses da comunidade e não os seus próprios. Os moradores do distrito do Amapá estavam muito satisfeitos com seu Principal Remígio e se colocaram contra a decisão do governador da Guiana. Pediam, assim, auxílio ao cônsul que, indiretamente, os ajudou. Abranches se dirigiu ao governador e, sem se referir à carta dos moradores do Amapá, usou a correspondência de Chaton, que, segundo o cônsul, fora expedida pela Secretaria do Governador e possuía sinetes estampados no fecho e no frontispício, o que lhe dava um caráter semioficial. Chaton, ex-funcionário do governo francês, tinha sido provavelmente autorizado a escrevê-la. Na audiência, o cônsul relata: “sem lhe dar a entender que tinha em meu poder a carta de Chaton, expus simplesmente o conteúdo da representação que acabara de receber dos moradores do Amapá, e incluí que, posto estivesse persuadido que semelhantes nomeações não emanavam do Governador da Colônia, desejava todavia pode-lo assegurar ao meu Governo com mais conhecimento de causa”.¹⁵⁹ O governador declarou que nem ele nem seus antecessores jamais haviam feito nomeações para o território contestado e, caso houvesse algum documento oficial provando que as houvesse, devia ser certamente de algum impostor que abusara de seu nome. O governador informou ainda que havia alguns meses que o haviam procurado com este fim, mas, percebendo que a pessoa era movida por interesses particulares e não querendo violar o acordo de 1840 (sic.) entre os dois impérios, repelira a pretensão. Ficava então resolvida a questão e o governo brasileiro atingia o que lhe era importante: diminuir a influência francesa no Contestado, aumentando a brasileira.¹⁶⁰

Provavelmente ao se dirigirem ao cônsul, os moradores do Amapá sabiam que este iria pedir explicações ao governador, que, conformes o acordo entre as duas nações, seria obrigado a voltar atrás, caso não quisesse provocar atritos diplomáticos. Os habitantes tinham resolvido a questão internamente através da votação, sendo o “bando” que apoiava Remígio o vencedor. O pedido de mediação solicitado pelos moradores ao cônsul do Brasil talvez tivesse o propósito de garantir a não interferência do Governo da Guiana numa decisão interna de política local, naquele momento. A carta, porém, deixa claro que, se Remígio tivesse cometido algum ato que desagradasse a população, esta teria tido o

¹⁵⁹ Ofício de Frederico de Abranches ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6; cópia, 1º Seção, Nº 3, Consulado do Brasil em Caiena, 15 de junho de 1866.

¹⁶⁰ Ofício de Frederico de Abranches ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6; cópia, 1º Seção, Nº 3, Consulado do Brasil em Caiena, 15 de junho de 1866. Trata-se do tal acordo de 1841 sobre a neutralização do território compreendido entre os rios Oiapoque e Araguari. Ver: Reis, op. cit., p. 93.

cuidado de informar o governador. Em vista disso, Abranches tinha razão quando afirmara que “as autoridades de Caiena procuram exercer atos de jurisdição no território contestado”.¹⁶¹ Talvez os moradores quisessem provocar o cônsul, mencionando a relação que mantinham com os franceses. Conforme ofício de 1864, Chaton vinha, desde aquela época, tentando restringir a autoridade de Remígio no Conestado.¹⁶² O Principal tinha recebido ajuda do Governo do Pará para manter-se no cargo e tentar recuperar sua autoridade em Cunani. Por alguma razão, provavelmente interesses econômicos, Chaton queria colocar um aliado no cargo de capitão, o que lhe daria a possibilidade de exercer sua influência em todo o Contestado. Segundo o presidente da província do Pará, Chaton já exercia sua influência no Cunani e em Caciporé e seguia tentando colocar Remígio de escanteio como fica evidente em sua carta de 1866, destituindo, em nome do governador da Guiana, o Principal e nomeando Claudino para o cargo. Nesta disputa, os moradores se defenderam, Remígio permaneceu no cargo e o governador da Guiana repreendeu Chaton. A estratégia de incluir o cônsul do Brasil funcionou naquele momento e tudo indica que as nomeações dos capitães sempre foram feitas pelos moradores, mesmo que depois se dirigissem ao governador de Caiena, pedindo seu reconhecimento. O reconhecimento talvez fosse importante para que os moradores continuassem a receber munição de Caiena e para as demais negociações. Mas, em 1856, quando Remígio recebera armas e munições dos franceses pela primeira vez, ele já era Principal do Amapá e conhecido do governador da Guiana.

A partir da documentação de 1866, nota-se uma alteração no sobrenome de Remígio Antonio. A carta escrita por João Belfort a pedido dos moradores do Amapá refere-se ao Sr. Capitão Principal Remígio Antonio de Miranda. Chaton, infelizmente, endereça sua carta simplesmente ao Sr. Antonio Remígio Principal, trocando a ordem do primeiro nome e omitindo o sobrenome. O mesmo se dá no ofício de Abranches, de 1866. Apenas o primeiro nome e o título de Remígio foram mencionados. Com vimos anteriormente, em sua carta de 24 de março de 1856, Remigio assinara Capitão Principal Remígio Antonio Xavier. Durante os próximos dez anos seu sobrenome não seria mais incluído. Assim sendo, não é possível afirmar com segurança que se trata da mesma pessoa. Mas será que realmente eram duas pessoas, dois principais, um em 1856 e outro em 1866, com nomes semelhantes?

Com a documentação de que dispomos, não foi possível precisar se se tratava de uma única ou de duas pessoas e, no caso de serem duas pessoas distintas, quando as atividades

¹⁶¹ Ofício de Frederico de Abranches ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. AHI, lata 243, maço 4, pasta 6; Consulado do Brasil em Caiena, 15 de junho de 1866, nº 454.

¹⁶² Ofício do presidente da província do Pará ao Ministério dos Negócios do Estrangeiro, 20 de janeiro de 1864. AHI, 308/4/5, Governo do Pará, Ofícios, 1863-1869.

de uma teriam terminado e as da outra, começado. Porém, como a carta dos moradores do Amapá, que se diziam analfabetos, fora escrita por João Belfort, pode ter este cometido algum engano ou, desconhecendo o sobrenome de Remígio Antonio, mas o considerando importante em uma carta dirigida a uma autoridade brasileira, ter dado a Remígio um sobrenome qualquer. Outra hipótese é a de que na época o sobrenome ou nome de família não tinha grande importância para os moradores da região, sendo o do Principal desconhecido, daí lhe terem dado o de Miranda. Talvez o próprio Remígio Antonio Xavier tenha mudado seu sobrenome por alguma razão que nos é desconhecida. Ele pode ter adotado o sobrenome de sua esposa, ter achado Miranda mais interessante do que Xavier ou ter querido apagar seu nome de soldado desertor, que certamente ainda constava nos registros do 3º Batalhão de Artilharia a pé. Percebe-se, porém, que só Remígio era chamado de Principal. Os capitães subsequentes já não tinham mais este segundo título, o que leva a crer que, apesar dos dois sobrenomes, tratava-se da mesma pessoa. No entanto, devido à familiaridade com que o cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, se referia a Remígio Antonio, pressupõe-se que ambos já se conheciam há um certo tempo. Além disso, em 1864, Remígio fora conversar com o presidente da província do Pará e mencionara o problema com Chaton. Em 1866, ele fora a Caiena para falar com o cônsul e pedir sua opinião sobre a devolução das armas aos franceses. Na documentação tanto francesa quanto brasileira datada de 1850 até 1866, nota-se não só uma certa continuidade nas questões e nos problemas, mas também como, com o passar dos anos, Remígio Antonio foi-se tornando paulatinamente conhecido das autoridades. Por outro lado, ficam também claras as estratégias adotadas por Remígio diante das dificuldades que foram surgindo ao longo do tempo. As questões variam tanto em função dos acontecimentos e acordos internacionais entre os dois governos como em função dos jogos políticos locais, levando Remígio a negociar ora com um, ora com outro governo. A aproximação entre a comunidade do distrito do Amapá e o governo brasileiro se intensifica a partir de 1866, provavelmente devido aos interesses econômicos não só de proprietários agrários franceses como também do próprio Governo da Guiana, através das manobras políticas de Chaton para afastar Remígio da chefia do Amapá.¹⁶³ Para se manterem independentes dos interesses de Chaton e seus cúmplices, os moradores do Amapá lutaram ao lado do Principal por sua liberdade e se aproximaram do governo do Pará. Esta estratégia parece ter tido êxito pelo menos até o início da década de 1870, quando, em 18 de janeiro de 1874, os moradores enviaram uma carta ao governador da Guiana, reclamando de comerciantes portugueses que haviam se estabelecidos no local e vinham provocando desordens e desavenças, além de quererem impor à comunidade um capitão

¹⁶³ Segundo Fouck, a descoberta de ouro nos anos 1840 e a concessão, em 1857, de sua exploração na bacia do rio Arouague pela *Compagnie de l'Approuague* que, concomitantemente, tinha um projeto de se dedicar à grande cultura, despertou o interesse dos grandes proprietários residentes na Guiana. Também fora descoberto ouro na bacia do Oiapoque e toda a região passou a ser vista, economicamente, como promissora. FOUCK, Mam Lam. *La Guyane française au temps de l'esclavage, de l'or et de la francisation (1802-1946)*. Guadaloupe: 1999; p. 236-237.

que não era aceito pela grande maioria.¹⁶⁴ Dirigiam-se ao governo francês, porque a desordem e a nomeação do novo capitão teriam sido feitas por brasileiros e portugueses. O conteúdo desta carta foge um pouco do nosso tema por não tratar mais de Remígio. Refiro-me a ela pelo fato de fazer menção à morte do Principal. Nela relatavam os habitantes do Amapá que, em 1871, eles próprios elevaram ao posto de capitão interino o Sr. José Gomes Monteiro, até que os governos brasileiro e francês resolvessem a questão de limites e uma das duas nações nomeasse um chefe para exercer as funções policiais no Amapá. Antes disso, porém, com a morte do Sr. Remígio Antonio de Miranda, haviam eleito Manoel Ignácio Lopez para o posto. Não consta o ano em que Lopez fora nomeado, mas, no espaço de tempo entre 1866, quando Chaton tentou colocar Claudino no lugar de Remígio, e 1871, quando da nomeação de José Gomes Monteiro para o cargo, Remígio Antonio veio a falecer.

VII. Uma sociedade contra o Estado?

Em 1875, o comandante da Colônia Militar Pedro II afirmara que o Amapá era uma pequena república governada por um capitão eleito entre os moradores, que eram, basicamente, desertores e escravos fugidos.¹⁶⁵ Talvez não fosse ele exatamente uma república, já que isso implicaria na existência de um Estado institucionalizado, o que não havia no território até a década de 1880. Prefiro arriscar uma outra interpretação para a organização político-social dessa área. Seguindo as análises de Pierre Clastres para as sociedades ameríndias, pode-se dizer que no Amapá formou-se uma sociedade contra o Estado, semelhante à que existia entre os vários grupos indígenas no Brasil.¹⁶⁶ Segundo Clastres, para que haja Estado é necessário que exista autoridade hierárquica, relação de poder e dominação de um grupo sobre outros grupos, ou seja, um poder coercitivo, cuja instrumentalização pressupõe a existência de um órgão de exercício do poder. Entretanto, para que haja relação de poder de um grupo sobre outro ou para que a classe dominante exerça seu domínio violento sobre as classes dominadas, é necessário que a sociedade esteja anteriormente dividida em classes sociais antagônicas, algo inexistente entre os grupos ameríndios amazônicos.¹⁶⁷ Faltava às sociedades indígenas que viviam em território brasileiros uma autoridade centralizada, um sistema administrativo e judiciário, sendo seu sistema político não muito complexo. Conforme estudos antropológicos, parece que nenhuma sociedade ameríndia teve um chefe que a comandasse como um todo,

¹⁶⁴ ANOM. FM, SG, Guy 34, D 2 (14). Carta dos moradores do Amapá, escrita por João Belfort e endereçada ao governador da Guiana, 18 de janeiro de 1874.

¹⁶⁵ Ofício reservado do presidente da província do Pará ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 26 de janeiro de 1876. Correspondência, Pará 1876-1877. AHI, códice 308-4-8. In: PAZ, Adalberto Jr. "Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895)." *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN, julho de 2013, p. 5.

¹⁶⁶ Clastres, P. *A Sociedade contra o Estado*. Porto: 1975.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p.196-197.

prevalecendo o comando restrito a apenas uma aldeia, que era a maior unidade política independente, mas não reconhecia nenhuma autoridade mais alta que seu próprio chefe.¹⁶⁸ Clastres lembra que nas “sociedades tribais”¹⁶⁹ não há rei, mas um chefe que não se confunde com um chefe de Estado. O chefe da “tribo” não dispõe de poder de coerção, não pode dar ordens, não é um comandante e os membros da sociedade não têm nenhum dever de obedecê-lo. “O espaço da chefia não é o lugar do poder e a figura do chefe das tribos não tem semelhança com déspotas, imperadores, faraós etc.”¹⁷⁰ O chefe tem como função resolver conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias, linhagens etc., porém só dispõe para restabelecer a ordem de seu prestígio, que lhe é dado pela própria sociedade. Clastres salienta que prestígio não significa poder e que os únicos meios que o chefe possui para exercer sua função de pacificador ou mediador são a palavra, ou seja, a persuasão. Sua palavra não tem força de lei e, caso sua mediação fracasse e o conflito seja resolvido pela violência, o chefe perde seu prestígio e corre o risco de perder sua função social, já que provou não ser capaz de exercer o papel que lhe fora concedido pela sociedade.¹⁷¹ Cabe à sociedade controlar seu chefe para que ele não ultrapasse sua superioridade técnica, entendida aqui como o dom da oratória, a capacidade de coordenar as atividades guerreiras e a habilidade de caçador, e não se transforme numa autoridade política. O poder está nas mãos da sociedade e é ela que exerce a autoridade sobre o chefe. Além disso, o chefe da aldeia pouco se distingue dos demais indígenas e exerce as mesmas atividades que eles, tais como a caça, a pesca e o trabalho na roça, sendo seus bens semelhantes aos dos demais membros.¹⁷² Para as “sociedades primitivas”, somente em casos de exceção, como a preparação e a condução de uma expedição militar, o chefe tem direito de exercer uma certa autoridade, fundada, segundo o autor, na sua competência de guerreiro. Terminado o conflito, o chefe volta a ser um chefe sem poder. Relatando sua visita em 1925 aos Palikur, que habitavam a região do rio Uaçá, norte do atual Estado do Amapá e antigo Contestado Franco-Brasileiro, Curt Nimuendajú fez as mesmas observações sobre os chefes deste grupo, ressaltando ainda que a chefia era, normalmente, dada ao homem mais velho, não sendo hereditária. O chefe em exercício escolhia seu sucessor e, segundo Nimuendajú, parece que entre os Palikur não havia disputa pelo cargo.¹⁷³ Para Clastres, a existência e a manutenção desse modelo de chefia nas sociedades ameríndias está provavelmente ligada a sua baixa dimensão demográfica, podendo o modelo ser abalado ou transformado, caso haja um crescimento demográfico. Daí a “atomização do universo tribal”, no qual os grupos estão divididos em nações, “tribos”, sociedades etc. Esta divisão serve de mecanismo eficaz para impedir o surgimento

¹⁶⁸ Melatti, J. Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2014; p. 155.

¹⁶⁹ Clastres utiliza em seu livro conceitos (vistos de forma positiva) tais como sociedades primitivas ou selvagens, tribo e índios, não mais empregados atualmente mas usados aqui por mim ao reproduzir suas ideias.

¹⁷⁰ Clastres, op. cit., p. 199.

¹⁷¹ Ibidem, p. 200.

¹⁷² Melatti, op. cit. 158.

¹⁷³ Nimuendajú, Curt. *Die Palikur Indianer und ihre Nachbarn*. Götterborg, 1926; p. 103-107.

de sociedades com uma população numerosa, o que poderia acarretar o nascimento do Estado, que “na sua essência é unificador.”¹⁷⁴ Ao estudar os povos da língua Pano, habitantes do sudoeste amazônico, Philippe Erikson ressalta que uma das finalidades da guerra seria a de impedir a constituição de uma ordem supralocal, confirmando a tese de Clastres de que as sociedades sul-ameríndias seriam sociedades contra a formação de um Estado.¹⁷⁵

O povoado do Amapá não escolheu, inicialmente, ser uma sociedade sem ou contra o Estado. Foi formado paulatinamente por pessoas marginalizadas, que haviam fugido para uma área em litígio entre a Guiana Francesa e o Brasil, na qual, a partir de 1841, a soberania de nenhum dos dois Estados era permitida. Os moradores foram levados por questões externas a se organizar como sociedade sem Estado, apesar de conhecerem e terem vivido anteriormente em sociedades com Estado. Na realidade, como escravos fugidos, desertores, tapuias, indígenas e outros dominados, os membros dessa sociedade tinham fugido exatamente da coerção de um Estado. Imagino, assim, que de início, quando ainda eram poucos, tenham vivido como um pequeno agrupamento, quase como uma grande família, mas, com o tempo e a intensificação das fugas, o agrupamento, iniciado na época do posto francês (1835/6-1840), se tenha tornado um povoado que necessitava de uma organização social. Seus membros escolheram, provavelmente, uma organização político-social conhecida da maioria: um chefe com funções semelhantes ao chefe de um grupo indígena da Amazônia. Como e quando Remígio Antonio fora escolhido pelos moradores para ser o chefe da pequena comunidade não é possível dizer, mas ele próprio, um indígena, deve ter decidido agregar ao título de capitão o título habitual dado desde o último quartel do século XVIII pelas autoridades aos chefes de comunidades indígenas aldeadas, o de Principal, por ser este um título de prestígio entre os indígenas e reconhecido no universo dos “brancos”, com quem negociava. Apesar de se apropriar de um título dado aos chefes indígenas das aldeias, adaptou a chefia das sociedades ameríndias amazônicas à realidade da comunidade amapaense, que vivia em um território litigioso. Como vimos, a chefia indígena deveria ser ocupada por um homem com algum destaque. No caso de Remígio, seu principal atributo era provavelmente ser alfabetizado, mesmo que precariamente, podendo se comunicar por escrito com os representantes dos dois Estados. Percebe-se que Remígio funcionava como os chefes indígenas definidos por Clastres e só usava de sua autoridade quando a comunidade se via ameaçada por indivíduos de fora ou quando ocorriam assassinatos. Parece que a comunidade não aceitava este tipo de delito e, como vimos, os criminosos, quando capturados, eram enviados a Caiena ou ao Pará, para serem julgados. Não havendo aparato judicial ou prisões, esses

¹⁷⁴ Clastres, op. cit., p. 206.

¹⁷⁵ Erikson, Philippe apud Grupioni. Os Yana Caribe-Guianenses na região de Oriximiná: que coletividades são essas? In: Grupioni e Andrade (Org.). *Entre águas bravas e mansas. Índios & Quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: 2015; p. 134- 147.

homens eram excluídos da comunidade. Cabia às autoridades francesas ou brasileiras resolver judicialmente o problema. O papel destinado ao chefe ou Capitão Principal era o de decidir quem considerava criminoso e quem seria enviado para um dos dois Estados para ser julgado. Exatamente como a definição de Clastres para um chefe de “tribo”, Remígio tinha o poder de orador, de moderador, de defensor dos interesses da sociedade perante as autoridades brasileiras e francesas, de mantenedor da ordem e da paz entre seus habitantes. A primeira carta redigida pela comunidade e remetida ao cônsul do Brasil em Caiena, em 1866, tinha sido para reclamar de uma interferência externa e defender a liberdade coletiva de escolha de seu chefe. Fica claro, nesse momento, que Remígio não tinha poder nem autoridade para resolver a questão, pois não se dirigira pessoalmente ao cônsul, seu conhecido. A decisão coubera à sociedade amapaense. Segundo esses habitantes, Remígio era um bom Principal e durante todos aqueles anos conseguira defender os interesses locais, negociar tanto com as autoridades da Guiana quanto do Pará, obter algumas vantagens ou privilégios por parte dos brasileiros e franceses e preservar uma ordem interna que agradava os moradores, protegendo, entre eles, os ex-escravos e ex-soldados. Liderou uma comunidade etnicamente diversificada, mestiça - hoje se diria cabocla¹⁷⁶-, com pessoas de várias proveniências, com passados distintos, consideradas malfeitoras, criminosas pelas autoridades do país vizinho.¹⁷⁷ A trajetória de Remígio nos permite fazer uma aproximação entre a função de chefe da comunidade com o conceito de mediador (*go-between*¹⁷⁸), tendo como principal função, no caso, a mediação das relações entre a comunidade amapaense e o mundo dos brancos de ambos os Estados. Desta maneira, o Principal exercia duas funções: a primeira, como chefe, ao fazer política dentro dos limites da comunidade, e a segunda, como mediador, ao fazer política para fora desses limites.¹⁷⁹

Os moradores do vilarejo do Amapá conseguiram preservar sua autonomia até a década de 1880, quando, alguns acontecimentos provocaram mudanças estruturais no Contestado.

¹⁷⁶ Para Décio de Alencar Guzmán, com as reformas pombalinas no século XVIII, o complexo processo histórico de formação das culturas caboclas amazonenses foi acelerado. A circulação de indivíduos, famílias e grupos em toda a área amazônica (nacional, das colônias e países vizinhos) contribuiu para a miscigenação da população. Assim como nenhum grupo ou comunidade são ou jamais foram “ilhas”, o mundo amazônico também nunca foi a soma de grupos humanos e culturais independentes. Guzmán. Índios misturados, caboclos e curibocas. In: Adams, Murrieta, Neves (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: 2006; p. 76-77. Mark Harris considera que “não há uma identidade cabocla, no sentido de fronteira étnica, separando o modo de vida caboclo de outro modo de vida.” In Harris, Mark, op. cit., p. 83.

¹⁷⁷ Como categoria de classificação social, o termo *caboclo* é hoje amplamente utilizado na Amazônia, mas é visto localmente como pejorativo. Designa atualmente o pequeno produtor rural ou, para os antropólogos, os camponeses amazônicos tradicionais. Ver: Lima, Deborah. “A construção histórica do termo caboclo”. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2 - dezembro 1999, p. 5-32.

¹⁷⁸ Para Subrahmanyam: “(...) The go-between is born of this transactional friction. The go-between is thus the third party in a transaction where the two other parties—the principals of the transaction, if one will, and who may be individuals or larger entities—are themselves incapable of completing it in the absence of mediation.” Subrahmanyam, S. “Between a Rock and a Hard Place”. In: Schaffer, Roberts et al. (edit.): *The Brokered World. Go-Betweens and Global Intelligence, 1770-1820*. Segamore Beach: 2009, p. 429-440.

¹⁷⁹ Magalhães, Victor. “Os sentidos da Palavra e do discurso: Reflexões sobre a chefia indígena”. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. *II Seminário de Pesquisa da FESPSP*, de 4 a 8 de novembro de 2013.

Em 1885, foi proclamada a República do Cunani, independente do Brasil e da França. Parece que os habitantes da vila do Cunani, por volta de 600 pessoas, apoiaram o movimento liderado por Guignes e Paul Quartiere, respaldados por sua vez por Henri Coudreau e pelo novelista Jules Gros, este último vivendo em Paris e nomeado presidente da nova República. Faziam parte da República as vilas do Cunani, de Caciporé e do Amapá. Os moradores desta última, porém, apesar de estarem envolvidos geograficamente na nova República, não participaram do movimento, chegando mesmo a enviar um representante a Belém, para cobrar do governo brasileiro solução para o problema.¹⁸⁰ Com essa atitude, deixaram claro o desejo de preservar sua autonomia, negando-se a ser incluídos no novo Estado, visto que, dentro dessa organização política, ficariam submissos às novas autoridades republicanas.¹⁸¹

A busca incessante de ouro desde o final da década de 1880 e após sua descoberta no leito do rio Calçoene, um pouco mais ao norte do rio Amapá, em 1893, levou ao crescimento da população do distrito do Amapá, através da migração de homens provenientes sobretudo do Pará e das Guianas francesa, holandesa e inglesa.¹⁸² Com o aumento demográfico e os interesses externos, os moradores do distrito do Amapá não conseguiram mais manter sua autonomia e, aos poucos, foram perdendo-a. De fronteira da liberdade e de vila contra o Estado, a região passou a ser cobiçada por muitos devido a sua riqueza, até que, em 1894, foi envolvida no episódio chamado de Massacre do Amapá, que teve como protagonista soldados franceses da Guiana, comandados por Lumier, e o grupo de brasileiros comandado por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho.¹⁸³ Este violento acontecimento entre franceses e brasileiros obrigou os dois governos a acelerar as negociações para a demarcação das fronteiras e o Contestado, como um todo, passou, em 1900, a integrar o território dos Estados Unidos do Brasil.

VIII. Considerações finais

Os documentos consultados são em sua maioria todos oficiais, de ministros, presidentes de província, governadores da Guiana, capitão de navio e cônsules. Apesar de, na sua maioria, tratarem de visões e relatos das autoridades brasileiras e francesas, eles nos fornecem dados significantes para entender melhor a composição étnica da população do futuro distrito do Amapá, o surgimento do núcleo urbano, a futura vila, as atividades econômicas da área e a dinâmica interna de escolha de seus representantes. Como os ofícios tratam de

¹⁸⁰ Romani. *Aqui começa o Brasil*, p. 64.

¹⁸¹ Em 2 de setembro de 1887, o governo francês acabou com a aventura de alguns intelectuais franceses, pondo fim à República do Cunani. Sobre o episódio ver: Queiroz, Jonas M.. História, mito e memória: o Cunani e as outras repúblicas. In: Gomes. *Nas Terras do Cabo Norte*. Belém: 1999; p. 319-347.

¹⁸² Cardoso, Francinete, op. cit., p. 60-61.

¹⁸³ Sobre Veiga Cabral e o conflito no Amapá ver: Queiroz, Jonas M. & Gomes, Flávio. "Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)". *Lusotopie*, 2002/1, 25-49.

fatos ocorridos no Amapá e da disputa entre os dois governos pelo Contestado, as negociações envolvendo o Principal são abertamente expostas entre os endereçados e os remetentes, isto é, entre as várias esferas do poder estatal de ambos os países. Nas entrelinhas e no decorrer dos anos, percebem-se as estratégias empregadas pelos habitantes através de seu Principal, os jogos de interesse das partes envolvidas e a autonomia da região. As rivalidades imperiais do Brasil e da França permitiram um alto grau de autonomia à população local, assim como uma posição privilegiada de barganha, típicas de áreas litigiosas nas Américas.¹⁸⁴ Conscientes de habitarem uma área neutra, livre da jurisdição de ambos os países vizinhos, onde não existia o sistema escravista, onde escravos, soldados e indígenas refugiados viviam livremente, seus moradores desenvolveram com o passar dos anos mecanismos de defesa para preservar sua autonomia e sua liberdade. Possuíam seus próprios valores, suas leis e um sistema político de escolha de seus chefes. Estavam cientes também sobre o quanto os governos francês e brasileiro dependiam deles para resolver algumas pendências, como a captura de soldados criminosos ou de prisioneiros fugidos das colônias penitenciárias da Guiana. Só eles podiam, se quisessem, entregar esses sujeitos às autoridades de ambos os países. Por outro lado, não capturavam escravos fugidos e nem deixavam que estes fossem capturados por terceiros, como ocorreu no caso de João Pinheiro. Tinham conhecimento de que os dois governos disputavam a influência no Contestado, já que esta seria a única forma de assegurar sua posse no momento da demarcação definitiva da fronteira. Não menos importantes eram, como vimos, as relações comerciais – o abastecimento – entre o povoado do Amapá e as vilas de Belém e Caiena, sobretudo no que se refere à produção de peixe salgado, atividade das populações ribeirinhas amazônicas. Como parte do Contestado Franco-Brasileiro, o distrito do Amapá funcionava como uma pequenina área autônoma entre os dois “colossos” que, para não entrar em guerra, poupavam engoli-la, mas, para exercer algum tipo de influência na área, aceitavam negociar com suas lideranças. E uma dessas lideranças foi o Capitão Principal Remígio Antonio Xavier ou Remígio Antonio de Miranda.

Indígena, soldado desertor possivelmente da Colônia Militar Pedro II, comerciante de peixe salgado, Principal do Amapá entre 1850 e 1866, Remígio Antonio não deixou legado escrito, a não ser duas pequenas cartas. Para nossa satisfação, porém, sua importância no jogo local, nacional e internacional, está bem documentada nos ofícios da época. Nesses 16 anos, vários ministros dos Negócios Estrangeiros passaram pela pasta, diversos homens exerceram a função de presidentes da província do Pará, dois cônsules representaram o Brasil em Caiena e negociaram com os governadores guianeses. Em compensação, apenas um Principal bem informado e ciente de suas funções esteve à frente da comunidade do

¹⁸⁴ Adelman, J. & Aron, S. “From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States and the People in Between in Nord American History.” *American Historical Review* 104, no. 3 (June 1999), 814-841.

Amapá, defendendo sua autonomia, ajudando-a a se estabelecer e sendo seu Capitão até a morte. Entretanto, os ofícios relatando os episódios que envolveram Remígio nos fornecem inúmeros outros nomes, como aqueles que estavam a serviço do Principal, quando, em 1861, a seu mando, dois criminosos foram levados a Caiena.¹⁸⁵ Algumas vezes nos deparamos com os mesmos sujeitos em episódios distintos, o que nos permite, através do cruzamento de dados, visualizar a organização social construída no local, a interação entre seus membros e outras redes sociais externas e imaginar a dinâmica dessa pequena comunidade. O nome de Remígio serve de fio condutor para a reconstrução da rede social existente no período, das atividades produtivas e comerciais do local, dos caminhos percorridos por alguns escravos fugidos do Pará em direção a Caiena, assim como da integração e adaptação destes e de muitos outros nessa área sem rei, mas com um chefe, com fé e com leis próprias.

Na historiografia, os malfeitores do Amapá raramente possuem nome. No entanto, o nome civil é um elemento designativo de um indivíduo, lhe dá identidade social, o individualiza e, a grosso modo, indica sua procedência.¹⁸⁶ No momento em que damos nomes a esses sujeitos históricos eles saem do anonimato, deixam de ser apenas desertores, escravos fugidos ou malfeitores - termos geréricos -, para se tornarem indivíduos com desejos, objetivos e ação. Eles podem ter sido considerados criminosos pelas sociedades dominantes vizinhas, mas desenvolveram papel importante na nova comunidade de refúgio e a moldaram. Desse modo, considero importante a volta dos pesquisadores às fontes primárias, para que, através de uma nova leitura, possam dar vida a outros personagens dessa região, descrita pela historiografia como terra de quilombolas, de soldados desertores e de pessoas fora da lei, ampliando assim a galeria dos heróis e anti-heróis do Contestado Franco-Brasileiro. O primeiro personagem conhecido da região é Benito Trajano, Capitão do Cunani, por ter participado da proclamação da República do Cunani e do Massacre do Amapá.¹⁸⁷ Mas a história da comunidade do Amapá é bem mais rica e anterior aos acontecimentos escolhidos para entrar na história oficial da construção territorial da Nação brasileira e, mais tarde, do Estado do Amapá. A importância de Remígio, mesmo sem grandes feitos, ainda deverá ser melhor analisada. Possivelmente essa análise poderá revelar outros aspectos desconhecidos até o momento ou explicar a maior aproximação não só geográfica do distrito do Amapá ao Império do Brasil, a partir de um determinado momento histórico. Apesar de estar compreendido no território litigioso, a história desse povoado é peculiar e não se confunde com a história da vila de Cunani.

¹⁸⁵ Anexo B ao ofício nº 15, de 19 de março de 1861, dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansão de Sinibú. AHI, lata 243, maço 4, pasta 4. Guiana Francesa, Consulado, 1859-1861.

¹⁸⁶ Pereira, Caio. *Instituições de Direito Civil*. Vol. 1º. Rio de Janeiro: 2000, p. 156.

¹⁸⁷ Ver Romani. *Aqui começa o Brasil*. Rio de Janeiro (cap. 6, p. 64).

Aproximando e relacionando as informações fornecidas pelas autoridades, espero ter conseguido esboçar parte da trajetória percorrida por Remígio Antonio. Longe de ter escrito uma biografia, já que os dados disponíveis são muito fragmentados, creio ter revelado algo que nos permite, como salientam Carlo Ginzburg e Carlo Poni,¹⁸⁸ reconstruir o vivido pelo Principal e as teias sociais nas quais esteve envolvido durante os anos de 1850 e 1866.

¹⁸⁸ Ginzburg e Poni. "La micro-histoire". *Le Débat*, 1981/10 (n° 17), p. 133-136.

IX. Bibliografia

Arquivos consultados

Archives Nationales d’Outre-Mer (ANOM), Aix-en-Provence

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Belém.

Arquivo Histórico do Itamarati (AHI), Rio de Janeiro.

Arquivo e Biblioteca da Primeira Comissão Demarcadora de Limites, Belém

Artigos e Livros

Acevedo, Rosa e Castro, Edna. *Negros do Trombetas. Guardiões de Matas e Rios*. Belém: Cejup/UFGPA-NAEA, 1998 (2ª edição).

Adelman, Jeremy & Aron, Stephen. "From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States and the Peoples in Between in North American History." *American Historical Review* 104, no. 3 (June 1999), 814-841.

Almeida, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

Alves, Débora Bendocchi,. "Reação francesa às ameaças de Cabanos e Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841)." *Almanack*, Guarulhos, nº 14, dezembro de 2016, p. 160-195.

Bastos, Carlos Augusto. As Armas da Ordem: a Guarda Policial de 1º Linha da Província do Grão-Pará (meados do séc. XIX). In: Alírio Cardoso, Carlos A. Bastos e Shirley Maria S. Nogueira (org). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (Séculos XVII-XIX)*. Curitiba: CRV, 2015.

Brito, Adilson J. I., "A Ignorante Inteligência": horizontes de expectativas dos soldados-cidadãos sobre o Império Brasileiro no Grão-Pará; In: Alírio Cardoso, Carlos A. Bastos e Shirley Maria S. Nogueira. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Ed. CRV, 2015.

Cardoso, Francinete do Socorro Santos. *Entre conflitos, negociações e representações. O Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UFGPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

Carvalho Júnior, Almir Diniz. Guerreiros Indígenas e Líderes Militares na Amazônia portuguesa. Séculos XVII e XVIII. In: Alírio Cardoso, Carlos A. Bastos, Shirley M. S. Nogueira. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (Século XVII – XIX)*. Curitiba, Ed. CRV, 2015.

- Cavignac, Julie A. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: Maria Rosário de Carvalho et al. (org.). *Negros no mundo dos índios*. Natal, Ed. UFRN, 2011; p. 195-244.
- Clastres, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Porto: Ed. Afrontamento, 1975.
- Cleary, David. "Lost Altogether to the Civilized World". Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 40, No. 1, Jan. 1998, 109-13.
- Coudreau, Henri. *La France Équinoxiale. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel Ainé, Librairie Coloniale, 1887.
- _____. *Chez nos Indiens: quatre années dans la Guyane française (1887-1891)*. Paris: Hachette, 1893.
- Domingues, Ângela. *Quando os Índios eram vassalos. Colonização e relação de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- Farage, Nádia. *As muralhas dos sertões*. Tese (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 1986.
- Flores, Mariana Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Tese (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- Fouck, Mam Lam. *La Guyane française au temps de l'esclavage, de l'or et de la francisation*. Guadeloupe: IBIS Rouge Editions, 1999.
- Fuller, Claudia Maria. "Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859)." *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 52-66.
- Funes, Eurípides. Comunidades Mocambeiras do Trombetas. In: Denise F. Grupioni e Lúcia M. M. de Andrade (org.). *Entre Águas Bravas e Mansas, Índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/ Iepé, 2015; p. 16-61.
- Gallois, Dominique T. *Migração, Guerra e Comércio: os Waiapi na Guiana*. São Paulo: DDLCH-USP, 1986.
- Ginzburg, Carlo e Poni, Carlo: "La micro-histoire". *Le Débat* 1981/10 (n° 17), p. 133-136.
- Gomes, Flávio dos Santos. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: Flávio dos Santos Gomes (Org.). *Nas terras do Cabo Norte. Fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII–XIX*. Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999.

- Grenand, Françoise e Pierre. "La côte d'Amapa, de la bouche de l'Amazone a la Baie d'Oyapock, a travers da tradition orale Palikur". *Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi*, série Antropologia, 3(1), 1987, p. 1- 41.
- Grimson, Alejandro. *La nación em sus limites. Contrabandistas y exiliados em la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2003.
- Grupioni, Denise Fajardo. Os Yana Caribe-Guianenses na região de Oriximiná: que coletividades são essas? In: Denise F. Grupioni e Lúcia M. M. de Andrade (Org.). *Entre águas bravas e mansas. Índios & Quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/ Iepé, 2015; p. 134-147.
- Guzmán, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: Adams, Murrieta, Neves (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2006; p. 67-80.
- Harris, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: Adams, Murrieta, Neves (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: 2006; p. 81-108.
- Henrique, Márcio Couto: "A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (século XIX)." *História Social*, n. 25, segundo semestre de 2013, p. 133-155.
- _____: Presente de branco: a perspectiva indígena dos "brindes da civilização." *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH*, Natal, Rio Grande do Norte, 2013.
- Hurault, Jean-Marcel. *Français et Indiens en Guyane, 1604-1972*. Paris: Union générale d'Édition, 1972. Collection Inédit, série 7.
- Jorge, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil. Uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- Kaiser, Wolfgang. "Penser la Frontiere – Notions et Aproches". *Histoire des Alpes – Storia delle Alpi – Geschichte der Alpen* 1998/3, Band (Jahr): 3 (1998), p. 63 – 74.
- Lima, Deborah de Magalhães. "A construção histórica do termo caboclo". *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2 - dezembro 1999; p. 5-32.
- Lima, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos*. Tese (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP 2008.
- Luna, Verônica Xavier. *Entre o Porteau e o Volante. Africanos Redesenhando a Vila de São José de Macapá, 1840-1856*. Tese (Dissertação de Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2009.

- Magalhães, Victor Augusto Sousa dos Santos. "Os sentidos da Palavra e do discurso: Reflexões sobre a chefia indígena." Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. *II Seminário de Pesquisa da FESPSP*, de 4 à 8 de novembro de 2013.
- Medeiros, Vera Alarcón. *Incompreensível Colosso: a amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese (doutorado em Antropologia Cultural e História da América e África). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2006.
- Melatti, Julião Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2014.
- Moreira Neto, Carlos. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Nimuendajú, Curt. *Die Palikur Indianer und ihre Nachbarn*. Göterborg, 1926.
- Nogueira, Shirley Maria Silva: "A Soldadesca desenfreada": politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese (Doutorado em História Social do Brasil). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.
- Nunes, Francivaldo Alves. "Aspectos da colonização militar no norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos." *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III, nº 7, Abril de 1012.
- Obras do Barão do Rio Branco, III: *Questões de limites, Guiana Francesa, primeira memória*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- Oliveira, Pacheco de. "Formas de Dominação sobre o indígena na fronteira Amazônica: Alto Solimões, de 1650". *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012.
- Palm, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o Parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- Paz, Adalberto Júnior Ferreira. "Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895)." *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN, julho de 2013.
- Pereira, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. 1º. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- Queiroz, Jonas Marçal de & Gomes, Flávio dos Santos. "Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)." *Lusotopie*, 2002/1: 25-49.
- Reis, Arthur. *Território do Amapá. Perfil Histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- Revel, Jacques. *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard/Seuil 1996.
- Romani, Carlo: *Aqui começa o Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

- _____. Missões científicas, Imperialismo e Política externa nas fronteiras com as Guianas. In: BRITO et al. (org.) *Limites Fluentes. Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI)*. Curitiba, CRV, 2013; p. 135-156.
- Sampaio, Patricia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial - Vol. 1 – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 176 – 206.
- Schwarzbeck, Frank. *Französisch-Guayana. Die letzte kontinentale Überseebesitzung in Lateinamerika*. Heidelberg: Esprint, 1982.
- Silva, Joaquim Caetano e. *O Oiapoque e o Amazonas. Uma Questão Brasileira e Francesa*. Campinas, UNICAMP/SECULT, 2000 (primeira edição, Paris 1861).
- Subrahmanyam, Sanjay. Between a Rock and a Hard Place. In: Simon Schaffer, Lisa Roberts et al. (edit.): *The Brokered World. Go-Betweens and Global Intelligence, 1770-1820*. Segamore Beach, MA, 2009; p. 429-440.
- Tassinari, Antonella. *O Processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- Walckenaer, Barão de. "Memoire dur les nouvelles découvertes geographiques faites dans la Guyane Française et sur le nouvel établissement formet à l'île de Mapa." *Nouvelles Annales des Voyages*. Dix-neuvième anné, 1837.